



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTdoB -)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes:

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCdoB -)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Líder: Deputado Paulo Guedes.
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara, Deputados Pompílio Canavez e Rogério Correia.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder: Deputado Adalclever Lopes.
Vice-Líderes: Deputados Sávio Souza Cruz e Vanderlei Miranda.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta.
Vice-Líder: Deputado Sargento Rodrigues

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Ulysses Gomes.

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR
Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Célio Moreira	BTR



Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo BTR)
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Ulysses Gomes	PT
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	PDT (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	



Deputado Carlos Mosconi BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR
Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Zé Maia BTR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso BAM Presidente
Deputado Fred Costa BTR Vice-Presidente
Deputada Liza Prado BAM
Deputado Duílio de Castro BAM
Deputado Adalclever Lopes PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Romel Anízio BAM
Deputado Braulio Braz BAM
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Vanderlei Miranda PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado BAM Presidente
Deputado Cabo Júlio PMDB Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputado Almir Paraca PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BAM
Deputado Leonídio Bouças PMDB
Deputado Fred Costa BTR
Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo PT Presidente
Deputado Rômulo Viegas BTR Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia PT (vaga cedida pelo PDT)
Deputado Sebastião Costa BTR



Deputado Zé Maia BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Bonifácio Mourão BTR
Deputado Paulo Lamac PT (vaga cedida pelo PDT)
Deputado Duarte Bechir BTR
Deputado Célio Moreira BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara PT Vice-Presidente
Deputado Bosco BTR
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Elismar Prado PT (vaga cedida pelo PDT)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Paulo Lamac PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu BAM Presidente
Deputado Ulysses Gomes PT Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB
Deputado Mário Henrique Caixa BAM
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Juarez Távora BAM
Deputado Cabo Júlio PMDB
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado André Quintão PT
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Jayro Lessa BTR Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Lafayette de Andrada BTR



Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Ulysses Gomes	PT
Deputado Romel Anízio	BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado João Leite	BTR
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Tiago Ulisses	BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	(vaga cedida pelo BTR)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	President
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Wilson Batista	BTR	
Deputada Liza Prado	BAM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM (vaga cedida pelo BTR)	
Deputado Glaycon Franco	BTR (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo PT)	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Juninho Araújo	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	
Deputado Bráulio Braz	BAM	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Elismar Prado	PT	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Inácio Franco	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	Presidente
Deputado Bráulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco



SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2013

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, publicado no “Diário do Legislativo” de 1º/11/12, e do Deputado André Quintão, em que justifica sua ausência desta reunião. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.814 e 3.825/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 2.163/2011 e 3.196, 3.207, 3.333, 3.354 e 3.620/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 3.813, 3.817, 3.819 e 3.827/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 2.330 e 2.770/2011, 3.148, 3.541, 3.610, 3.616 e 3.632/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.812, 3.818, 3.822 e 3.826/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 2.345/2011, 2.937, 2.982, 3.462, 3.496, 3.509, 3.511 e 3.654/2012 e Projeto de Lei Complementar nº 26/2012 (Deputado Juarez Távora); 3.821/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 681, 790, 1.482, 1.646 e 2.615/2011, 3.442 e 3.633/2012 (Deputado Leonídio Bouças); 3.816, 3.824 e 3.828/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 904, 2.847/2011, 3.081, 3.248, 3.556, 3.582, 3.602 e 3.624/2012 (Deputado André Quintão); 3.831/2013 e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 3.619 e o Projeto de Lei Complementar nº 32/2012 (Deputado Sebastião Costa); 3.811, 3.815, 3.820, 3.823 e 3.830/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 409, 1.833, 2.490/2011, 2.984, 3.374, 3.593, 3.641 e 3.653/2012 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juricidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 na forma do Substitutivo nº 1, e dos Projetos de Lei nºs 1.568 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 1.055/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique), ambos na forma do Substitutivo nº 1. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 429/2011 e 3.688/2013, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Sebastião Costa e Dalmo Ribeiro Silva. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuricidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.620/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Prefeito Municipal de Olímpio Noronha, o Projeto de Lei nº 3.620/2012; à Seplag e ao Prefeito Municipal de Ouro Fino, o Projeto de Lei nº 3.681/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella); à Seplag, ao autor e ao Prefeito Municipal de Jacutinga, o Projeto de Lei nº 3.666/2012; à Seplag e ao Prefeito Municipal de Jacutinga, o Projeto de Lei nº 3.667/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); e à Seplag, ao autor e ao Prefeito Municipal de Itajubá, o Projeto de Lei nº 3.707/2013 (relator: Deputado Luiz Henrique). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.696/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juricidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.962, 3.657/2012, 3.691/2013 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.098/2012 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); 3.172, 3.655 com a Emenda nº 1, 3.686, 3.701, 3.727/2013, 3.550/2012 com a Emenda nº 1, 3.610, 3.663/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique, os cinco primeiros em virtude de redistribuição); 3.511, 3.662/2012, 3.734, 3.729/2013 (relator: Deputado Gustavo Perrella, os três primeiros em virtude de redistribuição); 3.671, 3.680/2012, 3.689/2013 (relator: Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.654, 3.664, 3.668, 3.670, 3.672, 3.673, 3.702 e 3.728/2012; à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 3.658/2012; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº



3.656/2012. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião com convidados na Comissão de Constituição e Justiça para debater o Projeto de Lei nº 3.688/2013, de autoria do Governador do Estado, que cria e extingue cargos no âmbito da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas – Arsae-MG – e altera a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento e dá outras providências. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Sebastião Costa, Presidente – Luiz Henrique – André Quintão – Duílio de Castro - Gustavo Perrella.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/3/2013

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Antônia das Dores Coelho, solicitando o apoio desta Comissão para apuração de denúncias de agressão por seminaristas e padres dentro da Faculdade FAJE-BH, e dos Srs. Marcos Aurélio Pereira de Moura, Coordenador-Geral de Defesa Institucional, prestando informações em atenção ao Ofício nº 3.079/2012/SGM, que se refere à comunidade indígena guarani-kaiowá do Estado do Mato Grosso do Sul; Estêvão Ferreira Couto, Defensor Público Federal, justificando a ausência na audiência pública realizada no dia 27/2/2013 com a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncias de violações do direito de greve e assédio moral cometidos em retaliação ao movimento grevista realizado por servidores da Polícia Federal em 2012; da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, encaminhando denúncia referente à morte do jornalista Rodrigo Neto, em Ipatinga; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” no dia 9/3/2013: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil; Elcione Barbalho, Procuradora Especial da Mulher; da Ten.-Cel. PM Erika Bergamo, Chefe de Gabinete Interino da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.549/2012, em turno único, para o qual foi designado relator o Deputado Rogério Correia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.302/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (12) em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Departamento de Polícia Civil de Ipatinga, com a finalidade de obter informações e solicitar agilidade nas investigações que apuram o assassinato do jornalista Rodrigo Neto de Faria; seja realizada audiência pública desta Comissão para o lançamento do livro "Marighella: O Guerrilheiro que Incendiou o Mundo", biografia escrita pelo jornalista Mário Magalhães; seja encaminhado à Presidência da República, ao Ministro Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Patrimônio da União pedido de providências para a nomeação dos 150 aprovados no último concurso; seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil - Anac - pedido de informações sobre os motivos da suspensão dos voos de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, bem como a suspensão de diversos trechos em vários aeroportos do Estado de Minas Gerais; seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de providências para a nomeação imediata dos candidatos aprovados no último concurso para Defensor Público da União; seja encaminhado ao Juízo da 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Salinas o trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 6/3/2013, que contém o relato de Valmir da Costa Pereira, para conhecimento; seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil o trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 6/3/2013, que contém o relato de Valmir da Costa Pereira sobre supostas ameaças sofridas a mando de Joaquim Neres Xavier Dias e sobre questões controversas envolvendo a posse e a propriedade de terras; seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Salinas o trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária desta Comissão, que contém o relato de Valmir da Costa Pereira sobre supostas ameaças sofridas a mando de Joaquim Neres Xavier Dias e sobre questões controversas envolvendo a posse e a propriedade de terras; seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Rodrigo Neto, importante ícone do jornalismo investigativo no Vale do Aço; sejam encaminhados ao Ministério Público da Comarca de Salinas o trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária desta Comissão, que contém o relato do Sr. Valmir da Costa Pereira, e pedido de providências para solucionar o litígio verificado entre as partes nos autos dos Processos nºs 057009022728-3, referente à ação de reintegração/manutenção de posse, e 057011002899-2, em razão das ameaças sofridas pelo Sr. Valmir; seja realizado debate público desta Comissão sobre a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 37, que pretende limitar o poder de investigação do Ministério Público e de outros órgãos públicos; seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar, ao Comandante da 11ª Região da PMMG e ao Comandante-Geral da PMMG cópias dos vídeos com denúncias de supostas agressões praticadas pelo Cb. PM Wallace Silva Barbosa, lotado no Município de Fruta do Leite, bem como o trecho das notas taquigráficas da reunião da Comissão de Direitos Humanos realizada em 8/11/2012, em que Laci Neri da Silva faz denúncias de agressões praticadas por esse policial militar, para adoção das providências cabíveis, observando-se o disposto no art. 5º, LV, da Constituição Federal; Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja encaminhado ao Corregedor-Geral da Polícia Civil pedido de informações sobre o processo administrativo instaurado contra Allan Cezar Ribeiro e David Thiago dos Santos, policiais civis acusados da prática de homicídio contra o Sgt. PM Rafael Augusto Reis de Resende, ocorrido em Esmeraldas em 15/1/2012; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a eventual aplicação da medida de suspensão do exercício do cargo de Allan Cezar Ribeiro e David Thiago dos Santos, policiais civis acusados da prática de homicídio contra o Sgt. PM Rafael Augusto Reis de Resende, ocorrido em Esmeraldas em 15/1/2012, ressaltando-se que os referidos policiais civis respondem a



processo criminal perante o Tribunal do Júri da Comarca de Esmeraldas; seja encaminhado à mãe do Sgt. PM Rafael Augusto Reis de Resende, vítima de homicídio ocorrido em Esmeraldas em 15/1/2012, ofício informando que os policiais civis acusados de serem os autores do delito foram denunciados perante o Tribunal do Júri da Comarca de Esmeraldas, através do Processo nº 0241.12.000460-1; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater os impactos sociais e a violação de direitos humanos - ameaças e espancamento - devido a atividade de mineração no Estado de Minas Gerais; Sargento Rodrigues e Rogério Correia (2) em que solicitam sejam encaminhados ao Ministério Público da Comarca de Barbacena e à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de informações sobre as providências tomadas relativamente às denúncias apresentadas a Rodrigo Caldeira Grava Brazil, Promotor de Justiça local, por Luciano Avlis Marioley, Agente Penitenciário, a respeito de irregularidades, violências e outras violações de direitos fundamentais no presídio de Barbacena; seja encaminhado à Subsecretaria de Assuntos Prisionais da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre os motivos que justificaram a demissão de Luciano Avlis Marioley, Agente Penitenciário lotado no presídio de Barbacena até 4/12/2012, bem como se a referida demissão estaria relacionada à denúncia, encaminhada pelo citado profissional ao Ministério Público da Comarca de Barbacena, sobre irregularidades e violações de direitos fundamentais no citado presídio; Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir suposta violação de domicílio, invasão de privacidade e da vida íntima da Sra. Valdinéia Lúcia de Miranda, esposa do Cb PM Robson Nazareno Souza Onofre, da 1ª Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, sob alegação de fiscalização do militar, que se encontrava dispensado por problemas de saúde e em repouso domiciliar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.113/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Prodemge as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre os resultados colhidos pelo Sistema de Registro Automático de Veículos no período 2005-2011, no que diz respeito aos serviços públicos disciplinados no art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.202/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o processo administrativo instaurado contra o Sd. PM José Espínola Bittencourt Mendonça. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.343/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Cia. do 49º BPM pedido de informações, por meio de relatório mensal, sobre as ocorrências em sua área, de janeiro a agosto de 2011, as quais não foram recebidas com celeridade pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.367/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, cuja finalidade seria disponibilizar recursos financeiros para a execução de ações de desenvolvimento urbano nas áreas conurbadas da RMBH, sobretudo no campo da infraestrutura, tendo em vista o estado de carência de infraestrutura urbana no Bairro Castanheiras, localizado na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e de Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.368/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de cópia do laudo técnico pericial que permitiu a liberação do alvará de funcionamento das empresas Atento,



Alma, Viva, Master, Brasil, Contax e AeC, que atuam no setor de teleatendimento em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.369/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os casos de cancelamento de contratos firmados entre o governo de Minas Gerais e empresas de teleatendimento nos últimos oito anos, em virtude de precárias condições de trabalho, e sobre o controle e a análise desse trabalho no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.370/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico da atuação das empresas de teleatendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.371/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.372/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.373/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informação sobre o número de profissionais formados em Libras nas secretarias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.401/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.402/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.403/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as providências tomadas por essa Polícia em relação à apreensão de drogas realizada pela PMMG em 27/7/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.404/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha pedido de informações sobre a observância, por parte da Anglo American, no empreendimento denominado Projeto Minas-Rio, referente à lavra de minério de ferro no Município de Conceição do Mato Dentro, do plano diretor desse Município e sobre o respeito aos limites de unidades de conservação federais, estaduais e municipais na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.407/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a média mensal de cortes de energia realizados no Estado por falta de pagamento; sobre o perfil socioeconômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; sobre as regiões do Estado onde o corte por falta de pagamento é mais frequente; sobre o tempo médio para que as famílias regularizem sua situação e tenham a energia religada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.451/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura e ao Iepha pedido de informações sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Poder Executivo Estadual para garantir a eficácia do inscrito no inciso VI, art. 6º, da Lei nº 11.726, de 1994. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.454/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.455/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.465/2011, do Deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os índices de violência contra a mulher e de "bullying" escolar nos últimos 5 anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.558/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Iepha-MG pedido de informações sobre o conteúdo da Nota Técnica DCR nº 007/2011, notadamente quanto à base legal para a emissão de tal parecer e os critérios utilizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.596/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as providências tomadas para a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10/3/2008, na rede pública de ensino do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.600/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de informações sobre inquéritos policiais que investiguem a prática de infanticídio entre os maxacalis no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.631/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a aplicação da Lei nº 9.401, de 1986. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.634/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de informações, com o cronograma físico, sobre as obras de construção de gasoduto entre os Municípios de São Carlos, Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.682/2011, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a regulamentação da Lei nº 18.874, de 2010, e a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.683/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e à Secretaria de Governo pedido de informações para que enviem a relação dos Municípios que dispõem de órgãos exclusivos para gestão ambiental e dos que contam com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em funcionamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.684/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido para que informe se há projetos esportivos destinados aos centros de convivência para dependentes químicos ou previsão da implementação de tais projetos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.704/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura e ao Ima pedido de informações sobre eventuais empecilhos à imediata aplicação da Lei nº 19.583, de 2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.721/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana pedido de providências para enviar relatório sobre o cumprimento das condicionantes e obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de conduta firmado entre essa Superintendência e a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.814/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os valores arrecadados a partir da instituição, pela Lei nº 14.938, de 2003, da Taxa de Incêndio e sobre a aplicação desses valores e pedido de providências com vistas a que ao fim de cada ano civil essa Comissão receba as informações solicitadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.816/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da estação de tratamento de esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.817/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre quais foram os equipamentos adquiridos, ao fim de cada ano civil, após a criação da Taxa de Incêndio pela Lei nº 14.938, de 2003, ao fim de cada ano civil, e sobre os valores de cada um desses equipamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.819/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a legalidade da cobrança pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.855/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada, em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.858/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, os documentos que relatam denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.898/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre as mortes e ameaças contra os servidores da área de segurança pública que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.911/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos em execução da Copasa-MG para a recuperação e o monitoramento da Lagoa da Pampulha, o montante e a fonte dos investimentos previstos e a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.917/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre o débito do Estado com a empresa Sitran - Sinalização de Trânsito Industrial Ltda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.965/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para que realize e envie a esta Casa um inventário das iniciativas descentralizadas dos Municípios na área de prevenção de desastres e de defesa civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.966/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informação sobre as perspectivas de retomada de trens urbanos na

Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme proposta apresentada na 3ª Conferência Metropolitana da RMBH, bem como sobre o planejamento de investimento nesses trens em áreas de elevada concentração populacional, como Uberlândia e toda a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Pontal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.967/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Iter-MG pedido de informações sobre as terras devolutas do Estado, com envio da relação de todas elas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de couvert no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.692/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que reajusta os valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.327 e 4.328/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Finalidade: obter esclarecimentos, com a presença de convidados, sobre suposto abuso de autoridade, excesso de poder e violação de direitos humanos, eventualmente praticados pelo Ten.-Cel PM Sérgio Henrique Cardoso, Comandante do 31º BPM, contra o 3º-Sgt. PM Valdiney Damião Rocha Dias e discutir suposta violação de domicílio e invasão de privacidade, da qual foi vítima a Sra. Valdinéia Lúcia de Miranda, esposa do Cb. PM Robson Nazareno Souza Onofre, da 1ª Companhia Independente de Cães da Polícia Militar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.131/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.733/2011, do Deputado Zé Maia; 3.502/2012, do Deputado Duarte Bechir; e 3.589/2012, do Deputado Rogério Correia.

Requerimento nº 4.361/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.915/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 3.411/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 3.275/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.285/2012, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.015/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.639/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.645/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.648/2012, do Deputado Fabiano Tolentino; 3.698/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Requerimento nº 4.335/2013, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.650 e 3.651/2012, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projeto de Lei nº 3.284/2012, do Deputado Pinduca Ferreira.
No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.920/2011, do Deputado Duílio de Castro.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei nº 2.792/2012, do Deputado Antonio Lerin.
Requerimentos nºs 4.334/2013, do Deputado Fábio Cherem; 4.367/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.373/2013, da Deputada Maria Tereza Lara.
Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 20 de março de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona; à Proposição de Lei nº 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências; e à Proposição de Lei nº 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de couvert no Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 3.692/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015; e 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que reajusta os valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de março de 2013.
Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Indicação do Nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para Diretor-Geral do IEF

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Antônio Carlos Arantes, Lafayette de Andrada e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.
Inácio Franco, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2013, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.826/2013, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.
Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 20/3/2013, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 3.826/2013, do Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.
Duarte Bechir, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013.

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Anselmo José Domingos, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2013, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Romel Anizio, Presidente “ad hoc”.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.792/2012

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Maria Emília da Rocha ao Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec – do Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.792/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Professora Maria Emília da Rocha ao Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec – situado no Município de Uberaba.

A educadora Maria Emília da Rocha, natural do Município de Conquista, foi professora e pedagoga, dedicando sua vida à orientação de diversas gerações de conquistenses.

Numa época em que os meios de transporte eram escassos, colaborou no traslado de alunos do povoado em que residia para as escolas do Município de Conquista, em veículo de sua família.

Em 1993, mudou-se para Uberaba e foi lotada como professora na atual Superintendência Regional de Ensino – SRE – de Uberaba –, onde também atuou como analista educacional. Em 2001, ocupou o cargo de Supervisora Regional da Divisão de Atendimento Escolar e, nessa função, foi responsável pelo processo de criação do Cesec desse Município, unidade escolar que dá oportunidade aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola de concluírem os ensinos fundamental e médio.

Em 2003, foi transferida para o Cesec do Bairro Santa Maria, onde atuou por cinco anos no cargo de Supervisora Pedagógica, com sua habitual dedicação ao trabalho, tendo como prioridade a evolução do ser humano e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Isso posto, consideramos meritória a homenagem que se pretende fazer à professora Maria Emília da Rocha, denominando a mencionada unidade escolar com seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.792/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Deiró Marra, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.015/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação na Trilha da Música – ATM –, com sede no Município de Araguari.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.015/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação na Trilha da Música – ATM –, com sede no Município de Araguari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo desenvolver projetos nas áreas social, cultural, artística, esportiva, ambiental e de saúde.

Na consecução desse propósito, a instituição propaga valores universais como ética e cidadania; promove a cultura por meio da valorização do ser humano e do patrimônio histórico e artístico; realiza programas na área de saúde; organiza cursos, seminários e



palestras, para capacitação de seus atendidos; orienta sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; incentiva o voluntariado.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela ATM em favor dos menos favorecidos de Araguari, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.015/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.511/2012

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe visa a dar denominação ao trecho da Rodovia MG-423 que liga o Município de Papagaios ao entroncamento da BR-352, no Município de Pitangui.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.511/2012 tem como finalidade dar a denominação de Hebe Maria Reis ao trecho da Rodovia MG-423 que liga o Município de Papagaios ao entroncamento da BR-352, no Município de Pitangui.

É importante ressaltar que a homenageada, natural de Papagaios, desempenhou um importante papel para o desenvolvimento dessa sociedade.

Iniciou sua vida profissional como professora, educando e contribuindo para o crescimento de inúmeras crianças. Suas atividades voluntárias em prol da comunidade também tiveram um importante papel para a manutenção de entidades como o Asilo Selma Maria Reis, a Apae de Papagaios e outras.

Por essas razões, consideramos justa a homenagem que se lhe pretende fazer ao denominar o referido trecho com seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.511/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Gustavo Valadares, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.639/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Cultural e Comunitária de Papagaio – ABCC –, com sede no Município de Papagaio.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.639/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Cultural e Comunitária de Papagaio – ABCC –, com sede no Município de Papagaio, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento econômico e social das famílias carentes da referida localidade.

Com esse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza; luta por moradia digna; desenvolve atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer; zela pela proteção, pelo amparo e pelo atendimento de crianças e idosos carentes; realiza cursos de alfabetização e profissionalizantes para integrar jovens e adultos no mercado de trabalho; proporciona assistência médica, odontológica e psicológica; organiza campanhas de distribuição de agasalhos; executa serviços de radiodifusão; orienta sobre a preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Beneficente Cultural e Comunitária de Papagaio em favor dos menos favorecidos desse Município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.639/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.643/2012****Comissão de Saúde
Relatório**

De autoria do Deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Apoio Javé Nessi, com sede no Município de Montes Claros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.643/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Apoio Javé Nessi, com sede no Município de Montes Claros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o aprimoramento humano por meio de estudos dos valores e responsabilidades necessários em uma convivência social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades com adolescentes, jovens, adultos e seus familiares voltadas à prevenção e ao tratamento de dependentes de substâncias psicoativas, buscando melhorar sua qualidade de vida e propiciar sua reinserção na comunidade.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação de Apoio Javé Nessi no Município de Montes Claros, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.643/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.645/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Projeto Solidário de Formação Humana, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.645/2012 pretende declarar de utilidade pública a entidade Projeto Solidário de Formação Humana, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social voltada ao atendimento de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Com esse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza, luta por moradia digna, desenvolve atividades culturais e esportivas, defende os direitos humanos e realiza cursos de alfabetização e profissionalizantes, visando à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Além disso, distribui medicamentos e agasalhos, orienta sobre a preservação do meio ambiente, zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, incentiva o aleitamento materno e promove campanhas de prevenção a drogas e doenças transmissíveis ou infectocontagiosas.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido em Contagem pela entidade Projeto Solidário de Formação Humana, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.645/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.648/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do Deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Amparo, Apoio e Inclusão aos Trabalhadores, com sede no Município de Divinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.648/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Amparo, Apoio e Inclusão aos Trabalhadores, com sede no Município de Divinópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a qualificação social e profissional do trabalhador.

Com esse propósito, a instituição desenvolve projetos de formação social e profissional voltados para pessoas de baixa renda, em situação de vulnerabilidade ou risco social, visando à sua inclusão no mercado de trabalho e à geração de renda, promove a educação e a qualificação profissional de adolescentes e jovens e cuida da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência. Além disso, combate a fome e a pobreza, zela pela proteção da família, da maternidade, da infância e da velhice, luta pela efetivação dos direitos à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura e à dignidade e orienta sobre educação ambiental.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido em Divinópolis pela Associação de Amparo, Apoio e Inclusão aos Trabalhadores, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.648/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.698/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Freire Cardoso, com sede no Município de Coronel Murta.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.698/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Freire Cardoso, com sede no Município de Coronel Murta. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos direitos e interesses dos moradores daquela localidade.

A instituição fomenta a realização de obras e melhorias na comunidade, nas áreas de eletrificação, abastecimento de água e telefonia; incentiva o convívio entre seus habitantes e a melhoria de suas condições de vida; presta assistência social, conscientizando a comunidade de suas potencialidades na solução dos problemas; zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, por meio do incentivo ao aleitamento materno, da distribuição de remédios e da prevenção de doenças transmissíveis e infectocontagiosas; combate a fome e a pobreza com a distribuição de alimentos e agasalhos e o incentivo ao plantio de árvores frutíferas e hortas comunitárias.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.698/2013 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.727/2013

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural dos Moradores do Cocais, Bertoldos e Timirim, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.727/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural dos Moradores do Cocais, Bertoldos e Timirim, com sede no Município de Coronel Fabriciano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos interesses e direitos dos moradores dessa localidades.

Com esse propósito, a instituição fomenta a cultura e a preservação do patrimônio histórico e cultural da região; zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; realiza campanhas de prevenção contra doenças contagiosas e drogas;



combate a fome e a pobreza; distribui medicamentos, cestas básicas, roupas e cobertores; luta pela melhoria das condições de vida de seus associados; presta assistência social.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela referida entidade em defesa da população em situação de vulnerabilidade de Coronel Fabriciano, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.727/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

Elismar Prado, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/3/2013

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, inicio minha fala fazendo um grande alerta não apenas para o governo do Estado, mas para todas as autoridades, sobre o momento difícil da economia mineira e brasileira no tocante ao café, produto que gera mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos. Minas produz a metade do café, o que significa que 4 milhões de mineiros dependem dessa atividade. O emprego direto é no campo, antes da porteira, e após a porteira, ocorrem o transporte, o comércio, a indústria, enfim, o desenvolvimento da economia de forma geral. O preço da saca de café, que está um torno de R\$300,00 ou até menos, não paga o custo de produção. Estamos caminhando para uma grande crise no campo, especialmente nos 300 a 400 Municípios mineiros cuja economia se baseia no café. Sabemos da importância desse produto, mas precisamos de ação e reação, já iniciada pelos sindicatos rurais e pelas cooperativas. O movimento político de Minas deve propor ações maiores ao governo federal, porque, se quisermos fazer uma intervenção...

Existe dinheiro no Funcafé suficiente para regularizar o mercado, comprar café, retirar parte dos estoques que estão nas mãos do produtor e colocá-los no fundo, oferecer financiamento, para que o produtor tenha uma condição melhor, e também melhorar o preço mínimo, que hoje é de R\$270,00 - valor que não paga o custo. O pleito hoje é que esse preço mínimo seja de R\$340,00. Portanto, é preciso mobilização de Deputados, lideranças e Prefeitos, porque são eles que pagarão a conta da crise que começa a assolar os Municípios. Essa é uma grande preocupação. Temos de agir rapidamente. A Organização Internacional do Café comemorará seus 50 anos no Brasil. Isso ficou decidido em Londres na semana passada, durante encontro que teve a presença do nosso Secretário de Agricultura, de Deputados e de vários parceiros. Não sei se poderemos comemorar, porque, se até lá não houver uma ação forte do governo, a quebradeira será geral. E isso nos preocupa muito.

Também estamos preocupados com o leite. São quase 300 mil propriedades produtoras em Minas, sendo que mais de 80% são de pequenos produtores. Com essa política do leite adotada no Brasil, eles não sobreviverão. Hoje, as grandes empresas, as multinacionais elevam o preço para quem produz muito, captam o leite, e as cooperativas e os pequenos laticínios ficam com os pequenos. É totalmente inviável um caminhão ir à propriedade de um pequeno produtor para buscar 50 litros, 100 litros de leite. As cooperativas estão fazendo um trabalho social, o que é obrigação do governo federal e do Estado. Sabemos que o governo estadual está preocupado, criou o fundo para o café, está criando também uma política para o produtor de leite, mas isso não é suficiente. É preciso uma ação de peso que faça diferença; tem de ser maior, tem de ser uma política do governo federal.

Um exemplo da situação difícil vivida pelas cooperativas é a venda recente da Itambé para a Vigor. Sabemos que o Jacques pulou, tentou, esperneou, fez de tudo para salvar a Itambé, mas talvez não houvesse outra forma de mantê-la viva senão vendê-la. Provavelmente, a Vigor dará uma revigorada na Itambé. Como dizem na roça, no momento de peneirar, os pequenos núcleos que captam leite e são ligados à Itambé desaparecerão. Sem contar que os pequeninhos não serão importantes para uma empresa de grande tamanho como ficará a Itambé. Eles serão excluídos de um mercado que os remunera e os mantém no campo. Retirar os produtores de leite e de café da sua atividade? Quando se fala de leite e café, são praticamente 300 mil produtores, sendo que no mínimo 200 são pequenos produtores. Ora, tirar esse povo do seu negócio, do seu mercado, também significa um problema social que afetará diretamente o produtor, a Prefeitura, o Município, a região e até o Estado.

Portanto, é hora de nos mobilizarmos. As consequências dessa quebradeira das cooperativas e dos produtores são frutos da falta de uma ação maior de governo. Com todo o respeito que temos pelo Ministro Mendes Ribeiro, mas ele é uma pessoa com um problema sério de saúde e não tem um histórico ligado ao campo, e mesmo assim é Ministro da Agricultura. Isso significa que o governo federal não viu na agricultura esse segmento do agronegócio, que pesa na balança comercial deste país e faz a diferença não só com o emprego que gera rápido e barato, mas faz a diferença do agronegócio, na balança comercial. Porém estão aí jogados às traças, deixando entrar queijo quase que de graça do Uruguai e da Argentina, valorizando outros países em detrimento da economia brasileira, em especial a mineira, que é a maior produtora de leite e café.

O Deputado Inácio Franco (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, primeiramente gostaria de parabenizar V. Exa., um Deputado que levanta a bandeira do produtor rural. Realmente precisamos de uma política agrícola. O governo também tem de levantar essa bandeira para que possamos fixar o homem lá no campo. Vemos que, a cada ano, a cada dia que passa, o produtor está mais desanimado. Parece-me que, a partir da próxima semana, teremos o novo Ministro da Agricultura, que será o Deputado Federal Antônio Andrade, um Deputado também ligado à área rural.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - E ele é mineiro...



O Deputado Inácio Franco (em aparte)* - Sim, ele é mineiro. Conhecemos o trabalho que esse Deputado faz, principalmente no Noroeste. Trata-se de um Deputado mineiro, do PMDB, que é um produtor rural e conhece a realidade desse meio. Portanto, esperamos que o Deputado Antônio Andrade, o futuro Ministro, realmente olhe para essa classe sofrida. Que tenhamos uma política agrícola para que o produtor rural possa produzir e trabalhar com seriedade. Isso não é só um problema de política agrícola, mas também um problema ambiental, pois hoje o produtor não tem mais condições de trabalhar. Os órgãos ambientais também não estão deixando o produtor trabalhar.

Acredito que temos de avançar nesse sentido para que o produtor possa trabalhar com seriedade e fixar o pessoal no meio rural, e não tirá-lo de lá, trazendo-o para a cidade. Deputado Antônio Carlos Arantes, muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Obrigado, Deputado Inácio Franco.

Será muito bom se realmente se concretizar a indicação do Deputado Antônio Andrade. Como Deputado Estadual e Federal, ele tem honrado o seu trabalho, o seu cargo, por isso esperamos que possa fazer um grande trabalho. Parece-me que ele também conhece o assunto e tem a atividade rural no seu meio.

Como bem disse o Deputado, hoje o Código Florestal Brasileiro é uma realidade que realmente respeita o cidadão, a produção, o meio ambiente e a agricultura, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Temos de parabenizar Aldo Rebelo e Paulo Piau, que foram os relatores do código. Eles fizeram um grande trabalho, tanto é que homenageamos o Aldo Rebelo, dando-lhe o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais aqui, neste Plenário, na semana passada, onde tivemos a felicidade de ter essa indicação.

O Código Florestal Mineiro também tem de virar realidade. Se é feito no âmbito federal, tem de sê-lo agora no estadual. O Ministério Público entende que o que prevalece em Minas é a Lei nº 43.309, lei anterior e danosa não só para o produtor como também para o meio ambiente, para a produção e para o Estado. O projeto de lei de minha autoria já está aqui protocolado, com o apoio dos Deputados Romel Anízio, Fabiano Tolentino e Doutor Viana, e agora terá o apoio também em nossa comissão, do Deputado Inácio Franco, que contribuirá juntamente conosco. Parece que nesta semana o governo do Estado também vai protocolar um projeto de sua autoria.

Não importa quem será o pai da criança, o que importa é termos um projeto sério, um código florestal mineiro que respeite o meio ambiente e a ocupação consolidada de produtores que vivem há 50, 100 anos em uma área que muita gente acha ser de proteção ambiental. No meu entendimento, precisamos de rapidez, seriedade, humildade para termos uma lei realmente à altura do povo mineiro, que tanto precisa. É só copiarmos o que fez o governo federal.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, quero também ser solidário com V. Exa. na defesa que faz, na tarde de hoje em especial, do homem do campo, do produtor rural. Nós, que somos também de origem de família com base e raízes no meio rural, conhecemos bem a realidade desses homens trabalhadores que não desistem nunca, que sempre estão enfrentando dificuldades e sempre na expectativa de que a situação vai melhorar.

Mas, Deputado Antônio Carlos Arantes, sabemos que a realidade não é tão boa como V. Exa. relatou. O custo hoje da produção do leite é altíssimo, o produtor tem de cuidar bem de suas terras, tem de cultivá-las com insumos de preço altamente absurdo e não tem boas condições para escoamento de sua produção. É muito comum, principalmente no interior de Minas, percebermos as dificuldades enfrentadas por esses produtores, como estradas ruins e dificuldades na negociação de seus produtos.

Costumo dizer, Deputado Antônio Carlos Arantes, que, na realidade e a bem da verdade, não temos produtores de leite, temos entregadores de leite, porque hoje quem determina o preço desse produto são os laticínios. Os produtores, na realidade, são reféns desse sistema perverso. Agora V. Exa. expõe essa grande preocupação que é a incorporação dessas cooperativas, que dificultará ainda mais a situação dos nossos trabalhadores do campo.

Quero também ser solidário e dizer que estamos juntos com V. Exa. e os Deputados desta Casa, sobretudo com os que defendem o homem do campo, para trabalharmos e vislumbrarmos dias melhores para esses trabalhadores tão importantes na cadeia produtiva do nosso Estado e nosso país.

Quero também torcer muito, Deputado, para que, com a vinda agora para o Ministério da Agricultura do Deputado Antônio Andrade, que foi Deputado nesta Casa, agora é Deputado Federal e conhece muito bem nosso Estado e sobretudo a situação dos produtores rurais, ele, como Ministro, faça algo mais em prol dessa classe, que merece muito.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, Deputado Bosco.

Falando no campo, há a questão da segurança. A nossa região - não é Deputado, Bosco? -, que é muito próxima do Estado de São Paulo, sempre é vítima de roubo, de latrocínio, o que é uma grande preocupação. Temos falado frequentemente com o Governador sobre isso, e ele diz que proporá agora, imediatamente, um programa, uma ação forte em várias cidades de nossa região para colocar mais policiais e mais equipamentos.

Quero até cumprimentar o Governador e agradecer-lhe, porque 400 Delegados tomaram posse nesta semana, o que será muito importante. Também quero agradecer ao Governador porque também há seis micro-ônibus para atender a saúde de minha região, de São Sebastião do Paraíso, Jacuí, Monte Santo de Minas, Pratápolis, Itaú de Minas, São Tomás de Aquino e Itamoji. Há também o anúncio de novas rodovias e projetos junto à Secretaria de Transportes e Obras Públicas, com o nosso Secretário Carlos Melles; e com o DER, com o Dr. José Elcio. Poderemos iniciar neste ano ainda, se Deus quiser, várias rodovias em minha região, até em Jacuí, Fortaleza de Minas, Paraíso, Guardinha, Monte Santo e Milagre.

Novamente, queria agradecer muito ao Governador Antonio Anastasia, que tem trabalhado bastante para a construção dessas rodovias para melhorar nossa região, junto com nosso Secretário de Transportes Carlos Melles. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que preside os trabalhos nesta tarde; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, permitam-me saudar o Prefeito da minha terra querida, Cristais, Wenceslau Ribeiro, que hoje nos dá o



prazer da sua companhia, bem como o nobre Vereador Edmilson, que também faz parte dessa nossa equipe, que hoje trabalha intensamente pela nossa terra, a nossa querida Cristais.

Senhoras e senhores, quero trazer um pouco do que constatei na fala do nosso Senador Aécio Neves, quando, em recente discurso no Senado Federal, citou os problemas, a necessidade de aprimoramento para que o Brasil reencontre o seu caminho.

Quero pautar-me pelo discurso do Senador Aécio Neves no Senado Federal, bem como pela vinda do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Capital mineira, o que demonstrou, acima de tudo, que o nosso Senador tem, além de muita capacidade, prestígio em todo o nosso país.

Senhoras e senhores, retorno a esta tribuna, no início dos trabalhos desta 3ª Sessão Legislativa, tomado de uma preocupação que deve ser a de todo brasileiro, de cada um de nós que já viveu uma quadra triste de nossa história, cuja página foi corajosamente virada há pouco mais de 18 anos, quando, sob a batuta de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, foi criado o exitoso Plano Real. Era a vitória do Brasil sobre um mal - a inflação - que corroeu por décadas a fio a riqueza nacional e a capacidade de os brasileiros construir seu destino com um mínimo de certeza e segurança.

Quando todos nós já parecíamos resignados a conviver com a inflação, o Real trouxe um novo alento, uma nova perspectiva, que permitiu que os brasileiros controlassem suas despesas e planejassem o futuro.

Infelizmente, Deputados João Leite e Antônio Carlos Arantes, a despeito de todos os esforços empreendidos pelo povo brasileiro, pelo governo de Itamar e de Fernando Henrique e por todos os governantes que contribuíram para essa mudança histórica, a gestão da Presidente Dilma conseguiu uma proeza - aparentemente impossível no contexto em que os fundamentos econômicos foram colocados - qual seja, Deputado João Leite, a de despertar o dragão da inflação.

Vivemos dias de angustiante expectativa e de acentuado receio, que reclamam uma reação firme e determinada para que o Brasil não se desvie do caminho construído pelo Plano Real, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por tantos outros avanços conquistados pelos brasileiros nas duas últimas décadas, nobre Secretário Dilzon Melo.

É nossa responsabilidade clamar contra os desacertos da Presidente Dilma e reagir às consequências danosas do governo Lula, que estão se confirmando dia após dia.

Vejamos o caso da Petrobras. Todos estamos lembrados das mãos sujas do ex-Presidente Lula anunciando a nossa autossuficiência em petróleo. Infelizmente, ela não aconteceu.

Hoje, a Petrobras, sob forte intervenção do governo federal, importa gasolina e banca o custo de vendê-la mais barato do que compra lá fora. Resultado: a empresa brasileira, que há dois anos estava entre as 10 maiores do mundo, hoje amarga prejuízo, porque a autossuficiência do Lula era só propaganda.

Veio o pré-sal, Deputado Glaycon Franco. A Petrobras captou U\$70.000.000.000,00 para aplicar na exploração dessa riqueza anunciada. Mas esse dinheiro já não existe mais - são U\$70.000.000.000,00, Deputado Paulo Guedes, que já não existem mais -, porque foi usado na importação de gasolina e diesel.

Como eu disse no início, gostaria de concluir o meu pronunciamento. Depois disso, vou conceder todos os apartes que me forem solicitados, com toda certeza.

Resultado: a capacidade da Petrobras de explorar o pré-sal está comprometida, e os benefícios dessa riqueza vão demorar anos e anos para chegar ao povo brasileiro. Esse quadro mostra claramente que os interesses políticos de Lula e Dilma estão causando prejuízos à Petrobras e ao povo brasileiro, pois muitos trabalhadores, Deputado João Leite, usaram o seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - para investir nas ações da Petrobras e agora veem o seu capital se diluir com os prejuízos da estatal. Na verdade, senhoras e senhores, é triste informar, mas o governo federal quebrou a Petrobras.

E não fica só aí, na questão da Petrobras, Deputado Rogério Correia. Quero chamar a atenção de V. Exas. para o setor elétrico, que também tem sofrido com o mesmo tratamento. Ninguém é contra a conta de luz mais barata. Aliás, o Senador Aécio Neves apresentou proposta que reduzia ainda mais a conta de luz, mas a Presidente Dilma não aceitou porque implicava cortar encargos federais, e a Presidenta não quer partilhar a receita. Agora, por exemplo, ela tirou a RGR, que deveria ter sido cortada ao final do governo Lula, após 50 anos da sua existência, e não o foi porque, para fazer uma média, Lula usou uma arapuca e deixou para que Dilma a retirasse dois anos depois. Deixou, então, por mais dois anos a RGR, Deputado Sebastião Costa, nosso decano, que já não precisava ser cobrada.

Assim, senhoras e senhores, a forma como foi feita a intervenção para garantir a medida já está apresentando como efeito colateral a demissão de trabalhadores e, pior, a redução nos investimentos. Vejamos os fatos. A Eletrobras, principal empresa federal do setor, que calculou um prejuízo de R\$8.000.000.000,00 com a intervenção da Presidenta Dilma, anunciou que, entre as medidas para se adaptar à redução de receita, irá promover um plano de demissões voluntárias pelo qual irão para a rua pelo menos 3 mil funcionários. A Chesf, outra estatal federal, também já providencia o seu plano de demissões. Somente em Furnas, também estatal federal, já foram 1.400 os demitidos.

Em resumo, senhoras e senhores, a falta de critérios objetivos para gerir um setor altamente estratégico acarretará demissões. Além disso, a redução de receitas impõe cortes nos investimentos, e, se não há investimentos, é claro que é mais difícil afastar o risco do apagão. O que defendemos, nobres pares, é que o governo retome o planejamento para o setor, abandonado nos últimos anos, pois a ausência de planejamento leva à queda nos investimentos, ao desequilíbrio, ao desabastecimento e à piora na qualidade do serviço.

De fato, caro Deputado João Leite, o desafio do Senador Aécio Neves em listar em seu recente discurso no Senado apenas 13 fracassos do governo Dilma foi tarefa bem maior que os 12 trabalhos de Hércules. O PIB é do Paraguai. O PAC é promessa e propaganda. Cadê a duplicação da BR-381, cujo início estava programado para março? O edital foi cancelado mais uma vez. E a transposição do São Francisco? Que vergonha! Quando levará água ao sertão nordestino, que agoniza a pior seca dos últimos 50 anos? Até agora só prejuízo que, acumulado, chega a R\$4.000.000.000,00, e as obras estão paralisadas! Das 6 mil creches prometidas pela Presidenta, não se tem notícia de uma só inaugurada. Há um mineiro no Ministério da Indústria, mas nossa indústria nacional não



consegue alavancar e já retrocedeu a índices anteriores à época de Juscelino Kubitschek. O descontrole da inflação é uma realidade cada vez mais preocupante diante de sinais emitidos pelo monstro adormecido há quase 20 anos.

A gestão fiscal, senhoras e senhores, é sintetizada na frase do ilustre Conselheiro da Presidenta Dilma, o Ministro Delfim Neto, que diz: "Trata-se de uma sucessão de espertezas." O patrimônio da Petrobras perde valor a cada dia. Hoje vale menos que a empresa petroleira da Colômbia. Que vergonha! E o etanol, o nosso álcool, anunciado como redenção nacional, hoje, Deputado Sebastião Costa, é comprado dos Estados Unidos. E sabe V. Exa. o que isso gera? Se o álcool é comprado lá fora, causa desequilíbrio em nossa balança comercial. E foi anunciado como a redenção, o combustível alternativo. A falta de planejamento do governo é inegável. Se não tivéssemos apagão elétrico no ano passado, foi porque o desempenho da nossa economia "apagou" primeiro. Porque, se a indústria estivesse hoje forte, já teria apagão no ano passado.

Eu, que fui Prefeito de Campo Belo, e aqui há outros ex-Prefeitos, sabemos: os Municípios já não respiram mais. O Fundo de Participação dos Municípios, receita única da esmagadora maioria dos Municípios, foi drenado para financiar a rica indústria automotiva. Essa indústria automobilística, que é rica, que suporta, mas que está sendo ajudada, em detrimento dos Municípios. Resultado dessa ação: falta dinheiro para a educação, e a saúde sofre com o veto da Presidente Dilma, que não deixou que se fixasse percentual de investimento obrigatório do governo federal, como há para os Estados e Municípios. Temos o percentual a cumprir, mas a Presidente disse: "No meu dinheiro não, não se mexe".

As drogas adentram nossas fronteiras e não encontram resistência e combate das forças federais, fragilizadas pela falta de investimentos. O resultado, intolerável, são famílias destroçadas pelo "crack". Pior de tudo é a negação da verdade, a leniência com a corrupção, a apologia do autoritarismo e da censura, a complacência com a descompostura, como vimos recentemente no episódio da visita da jornalista cubana.

Diante dessa situação constrangedora, é hora, senhoras e senhores, de nos dispormos definitivamente a construir o caminho da unidade de Minas para formular respostas às indagações do Senador Aécio Neves.

Pergunta o Senador Aécio Neves: como construiremos as verdadeiras bases para transformamos a administração diária da pobreza em sua definitiva superação? Pergunta o Senador: como construiremos as bases para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e solidário com todos os brasileiros? Não tenho receio em dizer: Minas tem a resposta, e ela atende pelo nome de Aécio Neves.

O Deputado Fábio Cherem* - Concedo aparte ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiro queria agradecer a V. Exa. a gentileza e ainda responder aqui, em 30 segundos, ao Deputado Duarte Bechir, a fim de acrescentar aos números que apresentou, os quais ele deve ter obtido em outro planeta, em Marte ou em algum outro lugar, porque isso não acontece aqui no Brasil... Vou refrescar a sua memória: em 2002, quando Fernando Henrique deixou o governo, o valor de mercado da Petrobras era de R\$15.500.000.000,00, os investimentos não passavam de R\$18.000.000.000,00, e o número de servidores, 46 mil; em 2012, no governo Dilma, 10 anos depois, o valor de mercado era de R\$126.000.000.000,00, e os investimentos, só do ano passado, R\$84.000.000.000,00. Então os números deixam V. Exa. sem nenhum argumento, Deputado Duarte Bechir. Aliás, o seu discurso foi muito parecido com o que Aécio fez no Senado. Tenta ludibriar as pessoas com alguns números fajutos, mas não fala de gente, de povo, da transformação social que este país teve nos últimos 10 anos. É por isso que o povo aprova, com mais de 90%, o governo da nossa Presidente. Só isso resolve tudo e responde aos seus questionamentos.

O Deputado Fábio Cherem* - Concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Fábio Cherem.

O Deputado Duarte Bechir, o Deputado Fábio Cherem, estão cobertos de razão. O PT mudou muito. Dilma ontem chamou Fernando Collor de parceiro e elogiou Renan Calheiros. Eles mudaram demais. Por que Minas Gerais foi esquecida? Tive o cuidado de fazer um levantamento. No governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos 18 Ministros mineiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados foi o mais querido, o Aécio Neves, citado pelo Deputado Duarte Bechir; no governo Dilma, temos um. Minas Gerais está esquecida.

Por fim, quero citar os números, que são irreais, como disse aqui um Deputado. Os números do governo federal são irreais, porque o Orçamento da União deste ano tinha uma previsão de crescimento de 4,5%; este Brasil espetacular, que foi falado aqui, cresceu 0,9%. O orçamento previsto é de R\$2.276.000.000.000,00; sendo 40% desse orçamento, que representa R\$900.000.000.000,00, para pagamento de dívida; 3,5%, R\$81.000.000.000,00, para a saúde - 3% para a saúde, essa é a prioridade do governo Dilma, do governo do PT -; e, para a educação, 1,23% - 1% para a educação.

Deputado Fábio Cherem, essa é a verdade. Está aqui quanto eles vão gastar em infraestrutura, e representa 2,24%. Estou fazendo um levantamento agora da propaganda.

Muito obrigado pelo tempo que V. Exa. me concedeu, mas queria deixar a verdade desse partido e deste governo, que está quebrando o Brasil e abandonou Minas Gerais. Ficam aqui os 18 Ministros de Fernando Henrique Cardoso, que duplicaram, passando pela sua Lavras, 600km da 381. No outro lado da 381, estamos vendo as pessoas morrerem. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Cherem* - Perfeito. Sr. Presidente e demais Deputados, é com muita satisfação que registro uma homenagem concedida à Fundação Hemominas e aos demais agraciados com a importante Comenda da Paz Chico Xavier, na última sexta-feira, em Uberaba, no nosso querido Triângulo Mineiro. Como representante desta Casa junto ao Comitê Permanente da Comenda da Paz Chico Xavier - o que muito me orgulha -, participei ao lado do nosso Governador Antonio Augusto Anastasia e de outras autoridades e personalidades dessa merecida homenagem, que leva o nome de uma pessoa que deixou uma mensagem de paz, solidariedade, humildade e caridade.

A Comenda da Paz Chico Xavier foi criada para homenagear pessoas e instituições que se destacam na promoção da paz e do bem-estar da humanidade, como na realização de atividades, buscando o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas; participação em campanhas pacifistas, movimentos e manifestos a favor do desarmamento e da defesa do cidadão, além de projetos



que ajudam a combater a fome e a miséria ou que contribuem para o desenvolvimento literário, artístico e cultural. A paz, objetivo nosso como sociedade e indivíduos, é buscada de forma perseverante pela sociedade atual.

Hoje, mais do que nunca, eu me orgulho também de ter tido a oportunidade de indicar uma instituição tão representativa para os mineiros, a Fundação Hemominas, que tem a importante missão de fornecer à população sangue e hemoderivados de qualidade.

Em 2011, apenas no Hemocentro de Belo Horizonte, foram feitos mais de 1 milhão de cadastros de doadores de sangue, bem como uma produção superior a 750 mil hemocomponentes. A Fundação Hemominas já cobre 91% dos procedimentos transfusionais em todo o Estado e pretende receber todos os procedimentos do SUS. Ao todo, são 540 entidades conveniadas no Estado, incluindo hospitais públicos, filantrópicos e particulares.

Além disso, a Fundação Hemominas faz ainda o cadastramento de candidatos à doação de medula óssea, sendo que, no último ano, foram cadastrados quase 60 mil doadores de medula óssea no Estado. A realização do transplante de medula óssea é para muitos pacientes a última esperança de sobrevivência, a chance de cura de doenças ligadas à insuficiência da medula, como a leucemia, por exemplo, entre outras tantas.

Aos colegas digo que Minas tem contribuído para o País com os mais diversos expoentes. Na política temos mártires como Felipe dos Santos, Tiradentes e, mais recentemente, Tancredo Neves. E isso ao longo da nossa história, nas artes, na arquitetura e em todos os pontos. Como poeta, podemos citar Carlos Drummond de Andrade; e, como escritor contemporâneo, Guimarães Rosa. É importante ressaltar aqui, de plano, a figura eminente de Francisco Cândido Xavier, que, em recente pesquisa, desbancou vários outros expoentes do Brasil. Para a maioria dos brasileiros, ele é considerado a figura mais importante do século XX entre todos os brasileiros.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Retornarei ao assunto sobre o qual falei ontem, na tribuna desta Casa, em relação à atuação do Sr. Thiago Cota, Diretor da Ruralminas, que está fazendo campanha a Deputado Estadual no cargo que ocupa.

Ontem recebi o jovem Higor Maciel, Prefeito de Berilo, o qual vem enfrentando, conforme sabemos, todas as dificuldades para administrar essa pequena cidade. Tive uma votação expressiva junto com o grupo que me apoiou e também apoiou o Higor. Em conversa com o jovem Prefeito, tive a confirmação de que o nosso amigo Thiago Cota já lhe garantiu R\$600.000,00 para a realização de obras naquele Município e que ligou para ele, em nome do governo do Estado, como se fosse Governador – não entendo como –, para tomar um café e dizer que teria muito interesse em ajudá-lo com os benefícios dos programas que a Ruralminas tem.

Caros amigos Deputados, nobre Presidente Adelmo Carneiro Leão, quero dizer que o jogo das eleições de 2014 já começou, mas de forma muito desigual, em que esta Casa assiste aos detentores de poder no Executivo escolherem os novos Deputados Estaduais que gostariam de ver eleitos no próximo ano. O governo está escolhendo os Deputados que serão eleitos no próximo ano e descarregam neles os recursos e benefícios dos programas das secretarias estaduais.

Gostaria que vocês, colegas da Assembleia, ficassem atentos ao que o atual governo está nos proporcionando. Um exemplo: apenas para Berilo, o governo promete R\$600.000,00 e ainda coloca o Sr. Thiago Cota para ser o salvador da pátria desse Município, sabendo que sou Deputado Estadual votado pelo grupo político local. É falta de respeito e consideração conosco, Deputados que apoiam os projetos do Governador Anastasia, mesmo a contragosto, às vezes. A falta de respeito está muito grande. Registro aqui o meu descontentamento e alerta ao Governador Anastasia, para que fique atento à politicagem praticada em seu governo. Qualquer um tem direito de ser candidato e disputar o pleito eleitoral. Então que saia do cargo, que lhe foi confiado pelo Governador para trabalhar por Minas e não para seus planos pessoais. Peço à Assembleia Legislativa que fique alerta, porque o Sr. Thiago Cota está entrando em todas as bases. Esse é o primeiro caso de que estou sabendo, porque está mais na minha área. Mas há muitos outros candidatos que precisam ser olhados por esta Casa, que precisa ser respeitada, assim como os Deputados. O programa que o governo passava para os Deputados implementarem em suas bases, hoje virou programa do governo e infelizmente, cada vez mais, o Deputado está desprestigiado. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Cherm* - Deputado Jayro Lessa, o seu aparte foi muito importante, porque defende os Deputados desta Casa.

Deixo agora o meu reconhecimento aos integrantes do Comitê Permanente da Medalha Chico Xavier - Comenda da Paz. Parabenizo todos os homenageados. Deixamos a nossa esperança de que a festa da comenda do próximo ano seja tão relevante quanto essa, com a presença do ilustríssimo Governador Antonio Anastasia, para que, no porvir, a medalha seja sempre uma esperança e um incentivo de empenho e perseverança a todos que trabalham pela paz entre os homens. Muito obrigado aos colegas. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, companheiro de partido; senhoras e senhores; telespectadores da TV Assembleia; ouvintes da Rádio Assembleia, boa tarde. Hoje vim falar sobre a semana do consumidor. Sexta-feira é o Dia Mundial do Consumidor, quando a Presidente Dilma anunciará diversas mudanças na Lei de Defesa do Consumidor.

Depois de ouvir aqui os Deputados Duarte Bechir e João Leite, não posso deixar também de falar um pouco da Petrobras. Deputados João Leite e Duarte Bechir, não custa nada reforçar o que o Deputado Paulo Guedes muito bem disse em seu aparte. Contra fatos não há argumentos. Esses números são reais, verdadeiros, não são inventados. Vou repetir os números que o Deputado Paulo Guedes citou, Deputado Duarte Bechir, porque é importante. São fatos e contra fatos os argumentos perdem força. Em 2002, último governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, a Petrobras valia US\$15.500.000.000,00.

No ano passado, o valor de mercado da Petrobras chegou a US\$126.000.000.000,00, Deputado Rogério Correia. O lucro líquido em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique, foi de R\$8.100.000.000,00 e, no ano passado, de R\$21.200.000.000,00. Em 2002, a Petrobras investiu R\$18.900.000.000,00. No ano passado, no governo da Presidente Dilma, a cifra foi de R\$84.000.000.000,00. Cito todos esses números para mostrar bem a diferença. O número de empregados da Petrobras quase dobrou nos últimos 10 anos, Deputado João Leite. Passou de 46 mil, em 2002, último ano do Fernando Henrique, para 84.700 empregados, no ano passado. Outro dado importante a ser ressaltado em relação à Petrobras, Deputado Duarte Bechir, é o êxito da gestão dessa empresa durante os 10 anos do governo do PT, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. A produção de petróleo saltou de 1.500.000 barris por dia, em 2002, para 1.980.000 barris por dia, no governo do PT. No mesmo período, a receita da estatal saltou de



R\$69.000.000.000,00 para R\$281.000.000.000,00. Em 60 anos de história, a Petrobras já enfrentou muitos desafios, mas, no governo tucano, correu sérios riscos de ser vendida, assim como o Banco do Brasil.

Naquela época eu era Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte. Enfrentamos e conseguimos evitar a privatização de Furnas, mas não conseguimos evitar a da Vale do Rio Doce. No governo do PT, as estatais são preponderantes e fundamentais na promoção do desenvolvimento, ajudando o País a enfrentar a crise mundial. Olhem como está a Europa agora. Basta ver que os países europeus não estão conseguindo enfrentar a crise.

Nós, com a Petrobras e outras empresas estatais, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal, estamos fazendo política de enfrentamento da crise. A Petrobras vai bem, vai muito bem. Ela tem um papel importante, preponderante, fundamental no desenvolvimento do País. É para isso que uma estatal serve. Essa é a diferença entre o pensamento do PSDB e o pensamento do PT. Para nós, uma estatal não tem somente que produzir lucro, ela tem que servir ao desenvolvimento do País. E é isso que temos feito, reforçando ao mesmo tempo o papel da Petrobras e de todas as estatais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, quero concordar com V. Exa., mas lembrar que nos tempos em que o PSDB governava o Brasil eles sonharam em transformar a Petrobras em "Petrobrax". Eles queriam privatizar e vender a Petrobras. Fernando Henrique Cardoso chegou a mudar o nome para Petrobrax, que era um nome a ser conhecido pelas empresas americanas que comprariam a Petrobras. Provavelmente iam vender por esse valor de US\$35.000.000.000,00, no máximo. Eles costumavam fazer a "privataria" e vendiam mais barato. Hoje, como V. Exa. bem destacou, a Petrobras vale US\$126.000.000.000,00. Mas, mais do que valer US\$126.000.000.000,00, a Petrobras hoje é uma empresa fundamental, até para controle de preço e da inflação. E exatamente por garantir um preço menor que o procedimento da gasolina é que nós não miramos somente a questão do lucro. O processo inflacionário no Brasil hoje está completamente sob controle.

Essa nova fase que vive o PSDB, no nível nacional, em especial o Senador Aécio Neves, de torcer e trabalhar para que o Brasil dê errado, me estranha. Isso é muito triste, muito ruim.

Ontem não sei se V. Exa. prestou atenção, mas, na aprovação do Orçamento da União, no Senado, com três meses de atraso, o PSDB, inclusive o Senador Aécio Neves, não votou o Orçamento do Brasil. Se depender deles, o Brasil fica sem Orçamento. O Brasil vai para o brejo, para o buraco. E eles ficam torcendo para dar errado. O Brasil vai dando certo, e eles torcem para dar errado. É o que a Presidenta Dilma disse: "Os do contra ficam torcendo contra o País, e o País vai dando certo."

Termo a minha fala, Deputado Paulo Guedes, dizendo que os tucanos estão com uma nova mania: plagiar. Já disse que pedirei direitos autorais. Um dia, plagiaram o Deputado Sávio Souza Cruz. O Aécio escreveu que é o Brasil real contra o Brasil da fantasia. Ele imitou o Deputado Sávio Souza Cruz, pois ele fala isso aqui todos os dias, inclusive gesticulando: "A Minas real ou a Minas da fantasia." Então o Aécio o plagiou. Agora estão me plagiando dizendo que o Aécio quebrou Minas. Já vi que plagiaram também o "quebrou". Não, essa é minha. Foi o Aécio quem quebrou Minas.

O Deputado Vanderlei Miranda disse que outro dia viu uma charge no jornal, onde havia um tucano bicando uma mesa de madeira. Então o pica-pau olhou para ele e perguntou: "Eu estou fazendo direitinho?" Os tucanos são assim.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, queria parabenizá-lo por trazer números tão importantes, que deixam o Deputado Duarte Bechir... Aliás, ele xerocou o discurso que o Aécio fez para uma pequena elite no Senado, porque ele só discursa para eles. Fez isso quando a Dilma enfrentou o monopólio das companhias hidrelétricas para baixar a conta de energia. De repente, aparece Aécio Neves, o defensor de um pequeno grupo, que hoje, por exemplo, herda todos os dividendos da Cemig, para se manifestar, na tribuna do Senado, contra a redução da conta de energia dos consumidores e das empresas. Esse é o discurso do PSDB feito para uma pequena elite que governava o Brasil na época deles; que governava o Brasil, Deputado Pompílio, olhando para a Europa, de costas para os problemas internos do nosso país.

Esses números que V. Exa. traz hoje sobre a Petrobras, cujo valor de mercado cresceu quase 10 vezes em 10 anos, mostrando que o número de servidores e a produção dobrou... Eles não têm discurso, porque não têm como fazê-lo para enfrentar o nosso governo. Agora elegeram a Petrobras, aliados à imprensa golpista, para tentar desestabilizar o governo. Mas mais uma vez erraram, porque a Presidenta da Petrobras hoje os desafiou mostrando números reais de valor de mercado da empresa e da produção. Isso deixa mais uma vez o Senador, que quebrou Minas Gerais, sem moral. Que moral ele tem, Presidente Adelmo, em falar de gestão, quando maquiou as contas de Minas num tal choque de gestão? Ele assumiu o Estado com uma dívida de R\$15.000.000.000,00 e a elevou para R\$80.000.000.000,00. Ele quebrou Minas Gerais e vem falar de gestão. Que moral Fernando Henrique e Aécio têm para falar de gestão, quando, na época em que mandavam neste país, o país vivia de pires na mão, Deputado Pompílio, com desemprego e inflação?

Hoje, 10 anos após essa era negra da história do País, repito que eles não se conformam em ver que as pessoas mudaram de vida, que geramos 20 milhões de empregos com carteira assinada, tiramos 40 milhões de pessoas da linha da pobreza e criamos oportunidades a todos para estudar com os programas ProUni, Luz para Todos e tantos outros programas sociais que mudaram a realidade deste país. É isso que o PSDB não consegue enxergar. Eles deveriam observar o choque de realidade e arrumar outro discurso, porque falar da Petrobras é falar que, mais uma vez, Aécio atirou no próprio pé.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Para concluir minha participação, quero falar da semana do consumidor. Sexta-feira será o Dia Mundial do Consumidor, e a Cemig está realizando a semana do consumidor. Mas quando tiveram oportunidade de baixar o valor da tarifa para os consumidores mineiros, de baixar o valor da conta de luz para as residências e indústrias, a Cemig e o governo do Estado não o fizeram. Agora, estão fazendo a semana do consumidor, o que é contraditório. Quero relembrar e reforçar que é preciso diminuir o custo-Brasil, o custo no Estado de Minas Gerais, baixando o valor da tarifa. Mas com a semana do consumidor de energia elétrica, temos de pensar por que em Minas não foi feito como em diversos Estados do Brasil, baixando ainda mais o valor da tarifa de energia. Pelo contrário, a tarifa está subindo agora. A Aneel está concordando com um pedido da Cemig de retirar dos mineiros o direito de ter o valor da conta de luz baixado. E a Cemig aproveita esse momento da semana do



consumidor para enaltecer direitos e deveres, mas seria muito mais apropriado se tivesse baixado o valor da tarifa de energia elétrica, ao invés de subir agora.

Quero lembrar também que, durante uma fala minha, propus a criação de uma associação de clientes da Cemig, o que agora é realidade. Conseguimos criar a Associação de Clientes da Cemig e brevemente vamos inaugurar a sala para que os clientes da Cemig possam fazer suas reclamações. Queremos que os clientes da Cemig tenham direito de ser ouvidos pela empresa e tenham os seus direitos respeitados.

Quero lembrar que na sexta-feira, Dia Mundial de Defesa do Consumidor, a Presidenta Dilma apresentará diversas medidas à Nação, como fez no Dia Internacional das Mulheres, baixando o custo da cesta básica. Ela fará anúncios que, com certeza, agradarão muito os brasileiros. Era o que tinha a dizer. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, caros amigos Deputados, distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia e que ocupa as galerias, servidores desta Casa, resolvemos hoje ocupar a tribuna para tratar de dois assuntos: um se refere à questão da precariedade das frotas, principalmente da nossa região de Conselheiro Lafaiete, do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga. Foi veiculada na mídia escrita, falada e televisiva a precariedade que a frota da Polícia Militar do 31º Batalhão vem enfrentando. Sabemos que esse é um problema crônico, não só de Minas Gerais, mas também de todo o Brasil. Tão logo tomamos conhecimento do assunto, nos reunimos com o nosso querido Ten. Cel. Sérgio Henrique Cardoso, que já começou a tomar as providências. Tivemos uma reunião com o nosso querido Secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, e também com o Dr. Cylton. Por sinal, as notícias são boas.

Gostaria de agradecer ao nosso Governador, porque até o meio do ano compraremos, por meio de um convênio com o Banco do Brasil, inúmeros veículos, que serão destinados não só à Polícia Civil, mas também à Polícia Militar. Esse é um trabalho do nosso querido Governador, que teve sensibilidade para essa questão. Então ficamos muito felizes com isso.

Temos boas novas para a nossa região: o Dr. Cylton Brandão, nosso Chefe da Polícia Civil, nos garantiu que teremos três novos Delegados em Conselheiro Lafaiete. A questão dos médicos-peritos e dos auxiliares de necropsia também será resolvida.

Hoje, Sr. Presidente, a nossa cidade, o Vale do Paraopeba e o Vale do Piranga crescem vertiginosamente, e, com isso, os problemas os acompanham. Conseguimos hoje que o Dr. Cylton se sensibilizasse com essa questão. Providenciaremos, até o meio do ano, mais médicos-legistas e auxiliares de necropsia para trazerem conforto e tranquilidade às famílias, que, infelizmente, precisam desse serviço.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Meu caro Deputado Glaycon, agradeço a V. Exa. o aparte.

Quero parabenizá-lo pela lembrança trazida. Recentemente a Polícia Civil concluiu o curso preparatório dos novos Delegados. Foram mais de 400 Delegados. O concurso foi preparado no ano passado, e a turma aprovada teve, naturalmente, de fazer o curso da Acadepol. Agora, o governo de Minas presenteia o nosso Estado com mais 415 Delegados da Polícia Civil.

Sabíamos - o que já havia sido detectado efetivamente -, da necessidade de novos Delegados, em função de vários Delegados terem sido aposentados.

Quero parabenizar o Dr. Cylton Brandão. Ele nos informou que o seu desejo era contemplar todas as comarcas do Estado de Minas Gerais com, pelo menos, um Delegado de Polícia. Ou seja, Minas, mais uma vez, está mostrando um grande avanço na área da segurança pública. Parabenizo o Secretário de Defesa Social, Dr. Rômulo Ferraz, que concluiu esse programa iniciado na gestão anterior em que eu estava à frente. Parabenizo também o Dr. Cylton, Chefe da Polícia Civil no Estado de Minas Gerais, porque está tomando medidas efetivas. Ele, com sua competência, detectou os pontos de maior necessidade e, justamente, esses pontos estão sendo contemplados. Parabéns, Deputado Glaycon, por trazer a esta tribuna mais essa importante notícia para todos os mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Glaycon Franco - Outro assunto nos fez ocupar esta tribuna. Algumas notícias, em relação à saúde, Deputado João Leite, têm sido veiculadas. Às vezes, elas nos deixam preocupados, outras vezes, até estarecidos. Gostaria de fazer algumas reflexões sobre o assunto, como médico e como membro da bancada da saúde aqui desta Casa.

Hoje o Sistema Único de Saúde, quer queiram, quer não, é comprovadamente o sistema universal gratuito que tem a melhor estrutura do mundo. Deputado João Leite, o SUS atende mais de 100 milhões de pessoas na atenção básica; são realizadas mais de 500 milhões de consultas ao ano; e são mais de 3,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais. Atualmente, o SUS tem o maior banco de leite materno do mundo. Então, está provado que é um sistema que dá certo. Precisamos é de mais recursos. Não podemos coadunar com a ideia, como disse o nosso Ministro da Saúde, de que o problema da saúde no Brasil é falta de médicos. Eles estão querendo importar médicos para o Brasil. Sabemos que isso não dará certo. A questão da saúde não é trazer mais médicos, mas melhorar a infraestrutura da saúde, descentralizá-la e levá-la aos pequenos Municípios. Temos de dar cobertura.

Hoje todos os nossos Prefeitos investem na saúde entre 20% e 30% do seu orçamento, sendo que o mínimo constitucional é 15%. Os Estados investem de 8% a 9%. Graças a Deus, o nosso Estado, com a sensibilidade do nosso Governador, está investindo 12%. Então, não podemos...

O Deputado João Leite (em aparte) - A previsão do Orçamento da União para este ano na saúde é de 3,5%. Concordo com V. Exa., o SUS é um milagre. Continuar fazendo esse atendimento com essas migalhas do governo federal, como V. Exa. nos relatou, é um milagre.

O Deputado Glaycon Franco - Deputado João Leite, e o que acontece? Essa ação não vai resolver o problema. O médico não tem segurança. E, se ele não tiver uma estrutura para lhe dar cobertura, segurança jurídica e segurança à sua família, ele não irá para o interior. Então, não é a importação de médico que resolverá o problema. Não sabemos qual é a sua formação, pois não houve o acompanhamento do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Temos, sim, de dar condições para que os nossos médicos possam ir para o interior de Minas Gerais e tenham condições dignas de trabalho. Só vamos conseguir isso por meio de mais recursos, de projetos como o Assine + Saúde, que, com essa grande iniciativa popular, injetará mais R\$40.000.000.000,00 na



saúde. Hoje o déficit da saúde do Brasil está em torno de R\$60.000.000.000,00. Com os 10% vetados pela nossa Presidenta, teríamos mais R\$40.000.000.000,00 para a saúde.

Digo mais, Deputado João Leite, acredito que precisamos criar uma nova carreira de médico no Estado nos moldes da carreira dos nossos Promotores, Defensores e jurídicos; realizar concurso público; pagar muito bem o médico e lhe dar condições jurídicas. Aqui está o nosso Presidente, Deputado Adelmo, e ele sabe da situação, pois é médico. Você vai para o interior com uma proposta de trabalho, mas, por uma querela política local, é demitido e fica lá sem saber o que fazer com sua família. Portanto, temos de criar uma carreira digna para o médico, dar-lhe condições para que tenha progressão ao longo da vida, não apenas por antiguidade, mas por merecimento, por intermédio de cursos de capacitação e da questão da lotação e da remoção. Por exemplo, se ele for lotado em uma cidade longínqua, que tenha mais progressão na carreira, com critérios mais definidos. Assim, teremos condições de enraizar o médico naquela região mais longínqua, mais inóspita e com maior risco social.

Então, temos de trabalhar nestas duas vertentes: dar condições de trabalho e criar uma carreira para o médico. O Estado tem de dar-lhe condições e melhorar a infraestrutura.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Glaycon Franco, fale um pouco dos equipamentos no interior. Apesar de termos o médico, de quais recursos precisaríamos no interior para fazer um bom atendimento?

O Deputado Glaycon Franco - Não temos. A maioria dos hospitais - vocês sabem muito bem disso - está em petição de miséria. Só em Minas Gerais são 111 hospitais. Foram fechados 47 mil leitos em todo o Brasil. Isso mostra a nossa carência. Sem recursos, não temos condições. Há 18 anos, não há reajuste na tabela do SUS. O tratamento de uma insuficiência cardíaca está em torno de R\$60,00. Ou seja, a consulta paga ao SUS é de R\$2,26. O hospital tem de colocar mais R\$2,28 para manter o custeio. Portanto, não podemos aceitar a ideia de que o problema é a falta de médicos. Precisamos, sim, investir mais na saúde.

Deputado João Leite, fiquei perplexo com a matéria publicada na semana passada na "Folha de S.Paulo", cujo título é: "Dilma vai acabar com o SUS?". Deputado Adelmo, essa matéria foi assinada por três colegas médicos: Lígia Bahia, professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Luís Eugênio Portela, professor titular da Universidade Federal da Bahia e Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; e Márcio Scheffer, professor do departamento de medicina preventiva da USP.

O texto diz o seguinte: (- Lê:)

"O desmonte final do SUS vem sendo negociado a portas fechadas em encontros da Presidente Dilma Rousseff com donos de planos de saúde, entre eles financiadores da campanha presidencial de 2010 e sócios do capital estrangeiro, que acaba de atracar faminto nesse mercado nacional. Na pauta, a chave da porta de um negócio bilionário são os planos de saúde baratos no preço e mediocres na cobertura, sob encomenda para estratos de trabalhadores em ascensão. O pacote de medidas que prevê a redução de impostos e subsídios para a expansão à assistência médica suplementar é um golpe contra o SUS ainda mais ardiloso que a decisão do governo de negar o comprometimento de pelo menos 10% do Orçamento da União para a saúde. A proposta é uma extorsão. Cidadãos e empregadores, além de contribuírem com impostos, serão convocados a pagar novamente por um serviço ruim, que julgam melhor que o oferecido pela rede pública, a que todos têm direito. Em nome da limitada capacidade do SUS, o que se propõe é transferir recursos públicos para fundos de investimentos privados."

Como o tempo está escasso, não lerei tudo, mas gostaria apenas de ressaltar o que dizem esses três colegas médicos, no final: "É inaceitável a intenção do governo de abdicar da consolidação da rede pública, ou seja, do nosso querido SUS, e apostar no avanço de planos de saúde ineficientes".

Deputado João Leite, isso está ocorrendo na Colômbia, onde a saúde está em péssimas condições. Achamos um absurdo reduzir impostos, subsidiar planos de saúde particulares, porque, na verdade, o cidadão pagará duas vezes. Ele já paga os impostos que vão para o SUS. O que temos de fazer é investir no SUS, desonerar, diminuir os tributos sobre os remédios, um dos produtos mais tributados do mundo. Mais da metade da população abandona o tratamento porque não dá conta de pagar os remédios. Somente de impostos embutidos no preço final são quase 34%.

O Deputado João Leite (em aparte) - E os remédios aumentarão agora.

O Deputado Glaycon Franco - Na Argentina, os impostos incidentes sobre os remédios estão em 21%; nos países da Europa, estão em torno de 5% a 6%; nos Estados Unidos, no Canadá e no México, os medicamentos não são tributados. Temos de isentá-los também. Existe uma proposta de emenda à Constituição do Senador Paulo Bauer, com a aquiescência de todos os Senadores, isentando os impostos. Isso, sim, é trabalhar em prol da população. Temos de isentar também os equipamentos oncológicos.

Gostaria de dizer que há outras maneiras de ajudar a população, não favorecendo os planos de saúde particulares, mas investindo cada vez mais no SUS. Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Voltaremos a falar desse assunto futuramente.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Presidente, disse inicialmente que reproduziria parte do discurso do Senador Aécio Neves e fui claro. O Deputado Paulo Guedes teve a oportunidade de partilhar, compartilhar, discutir e debater o que eu disse, mas fui ofendido com suas palavras. Pedi a V. Exa. a palavra pelo art. 164, para mais uma vez fazer valer o meu direito de ser protegido contra os ataques pessoais.

Sinto isso e digo claramente - aliás há uma afirmação quase unânime - que os adversários de Aécio Neves nesta Casa, sempre que podem, agridem a pessoa do Senador. Não discutem a política nem as ações, mas a pessoa. Assim foi comigo na tarde de hoje. Ocupei esta tribuna e, no mesmo instante, disse que faria o pronunciamento em decorrência do que o Senador disse no Senado. Fui claro.

O Deputado Paulo Guedes disse que aqui se engana, assim como o choque de gestão e o Plano Real foram um engano. Ele disse que o governo brasileiro governava de costas. Na verdade, o governo federal estava lá trabalhando, criando o Plano Real, mas o partido do Deputado Paulo Guedes estava votando contra. Estava lá o governo trabalhando pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e o partido do Deputado Paulo Guedes votando contra. Aí vem ele e diz: "Trabalhamos para o quanto pior, melhor". Ora, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Proer, que hoje saneou os bancos, não tiveram o apoio do partido do Deputado Paulo Guedes. Votou contra o Plano Real, disse que não podia fazer da miséria uma política quando se discutia o Bolsa Família - que era o Bolsa-Escola e o Vale-Gás. Aí o governo atual uniu o Vale-Gás ao Bolsa-Escola e criou o Bolsa Família. Na época anterior, era a forma de conduzir a pobreza.



Na verdade, tudo isso são fatos, e, quando mostramos a verdade, somos agredidos. Não se discutem números com realidade, apenas pessoas nesta Casa. Qual mineiro não sabia que Minas Gerais, ao final de cada exercício financeiro, acumulava um prejuízo altíssimo? Era preciso sanear, e foi o Senador Aécio Neves, quando assumiu o governo de Minas, com Anastasia, que equilibrou as finanças possibilitando hoje buscar recursos em forma de empréstimo. Hoje Minas tem capacidade de pagamento.

Se se fala de dívida e de empréstimo, é porque há capacidade de se buscarem recursos, que não havia quando eles governaram o Estado de Minas. Quando eram Vices de outros partidos que governaram o Estado, tínhamos déficit. A cada final de ano era déficit e mais déficit. Quem se lembra do prazo em que os professores de Minas recebiam quando terminavam o exercício mensal do trabalho? Qual era a escala em que os professores de Minas recebiam? Eram três, quatro, cinco, seis escalas. Alguns recebiam até com 40 dias depois de ter o efetivo exercício prestado. Se falarmos aqui, eles tentam agredir as pessoas. Não se pode ter essa política, esse comportamento, não se podem atacar as pessoas. Sei, muita gente sabe e o Brasil inteiro está ciente disso porque eles agredem as pessoas e tentam desconstruir suas imagens.

Aqui em Minas, desde 2002, quando houve eleição para governo, elegemos o Senador Aécio Neves como nosso Governador. Ele se reelegeu Governador; apoiou Anastasia e o elegeu; buscou apoio à reeleição de Anastasia e o reelegeu. Minas está indo bem, mas, para que não continue esse comando organizado, eficiente, honesto, eles tentam agredir e atacar as pessoas, buscam desconstruir o seu passado, o seu presente, porque acham que, denegrindo imagens, ganharão de nós as eleições. Assim não ganham. Têm de ganhar com proposta, com trabalho, com determinação, com comprometimento e com a verdade, dizem os números, que eu posso até não conhecer, mas desmintam, se forem capazes, uma dessas minhas afirmações. Todas são verdadeiras.

Portanto, requeri o art. 164 e agradeço a V. Exa. reconhecer o direito de me manifestar em consequência da ofensa que recebi do Líder do PT, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão, Presidente. Queria insistir com V. Exa. para a retirada da palavra ofensiva contra a população negra do Brasil, utilizada pelo Líder do PT, Deputado Paulo Guedes, que acha que negro é cor. Não é cor, é raça. Ele disse que os anos do PSDB foram negros. Gostamos, achamos então que foram anos bonitos. Amamos os negros, o PSDB fica feliz de ser reconhecido como um partido que tem um tempo negro.

Mas queria, Sr. Presidente, lamentar a maneira como meu partido é tratado. O PSDB e os partidos que nos apoiam, apesar da campanha difamatória e do que fizeram com o Presidente Fernando Henrique Cardoso... Tive oportunidade de, na universidade, estudar os livros de Fernando Henrique, o que ele escreveu sobre a escravidão na história do Brasil e de Minas Gerais. É lamentável o que fizeram com Fernando Henrique Cardoso e com o nosso partido. E tentam agora fazer com Aécio Neves.

Ouvimos aqui dizerem que Aécio Neves não falou de gente. Ele não precisa falar de gente. Dizia um sábio que as palavras convencem, mas os exemplos arrastam. Um governador que ligou 230 cidades de Minas Gerais que não tinham ligação asfáltica e eram esquecidas por todos, alguns lugares em que sou majoritário... Lembro-me de carros sendo puxados por trator, de pessoas sendo carregadas no ombro para serem atendidas por médicos. O Deputado Sebastião Costa, meu Líder, sabe disso. Sabe, naqueles morros do Caparaó, como era sair de uma cidade sem asfalto. Ele não precisa falar, o Caminhos de Minas está aí, o combate à pobreza rural está aí, a inclusão social de famílias vulnerabilizadas está aí. Está aí o trabalho do Senador Aécio Neves. As Casas-Lares, quando ele encerrou as duas últimas Febens que existiam em Minas Gerais, estão aí para qualquer um visitar e ver.

Agora, lamento um partido que, junto com Itamar Franco... Apoiamos o Itamar. Quando a Luiza Erundina decidiu apoiar o Itamar Franco, foi expulsa do PT. Mas o PSDB estava junto com o Itamar, com o pai do Líder Lafayette de Andrada apoiando. Estávamos pensando no Brasil.

Falaram aqui que quanto pior, melhor. Melhor do que isso? Não queriam ajudar Itamar Franco. Fernando Henrique foi lá. Mário Covas exigiu, dizendo ao Fernando Henrique que ele precisava ir. E ele foi. Sabem o que ele encontrou, o que o PSDB encontrou junto com Itamar Franco? Encontrou 80% de inflação do governo de Fernando Collor, a quem Dilma ontem chamou de parceiro. Meu parceiro Fernando Collor, ela disse. E Fernando Collor deixou 80%. Lembro-me de que eu estava concentrado para um jogo de futebol quando chegou o telefonema da minha esposa. Ela me disse: "Confiscaram o dinheiro dos brasileiros, tiraram o dinheiro dos brasileiros que estava nos bancos. As notícias estão dizendo, meu bem, que há gente se suicidando". Este é o parceiro do PT: Fernando Collor de Melo, que meteu a mão no bolso dos brasileiros.

José Sarney, o amigo do PT. Nem sei por onde ele é Senador, se é do Amapá, do Maranhão. Se for do Maranhão, esse é o Estado mais pobre do nosso país. O homem tem até uma ilha. E vem falar das privatizações do governo do PSDB, que havia a lei de responsabilidade fiscal.

Outro dia eu chegava de viagem, e o taxista veio falando mal de Fernando Henrique. Ele dizia que falaram que ele roubou o Brasil, que Fernando Henrique fez isso e aquilo. O homem não parava de falar ao celular, dirigia e falava ao celular.

Eu lhe disse que, antes de Fernando Henrique Cardoso, um telefone fixo no Brasil custava R\$7.500,00, portanto os brasileiros não tinham o direito de adquiri-lo. Os meus amigos, os meus irmãos da Vila Oeste, onde nasci, todos têm um celular. Converso com eles. Isso foi possível com Fernando Henrique, mas eles querem difamar, querem acabar com a imagem de Aécio Neves, das pessoas. Não vamos aceitar isso.

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/3/2013

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de manifestar minha decepção crescente com o descaso que o governo federal está tendo com a saúde do povo brasileiro. É impressionante, Sr. Presidente, observar o que tem ocorrido. Tenho alguns dados estarrecedores. Pesquisa feita por uma organização de grande prestígio internacional mostra que, entre os países desenvolvidos, o Brasil está em 84º lugar no Índice de Desenvolvimento



Humano - IDH -, que mede a saúde, a renda e a educação da população, sendo o enfoque maior dado à saúde. Há uma comparação direta entre o IDH e os gastos com a saúde. Portanto, somos um dos países que gasta menos nessa área.

Fico me indagando: será que o governo federal sabe disso? Deve saber. E será que ele toma alguma atitude para mudar isso? Ou será que a insensibilidade é tamanha que ninguém se comove? É estarrecedor o que está acontecendo. A situação está se transformando numa rotina de sofrimento. As pessoas são mal atendidas ou desatendidas, as doenças estão voltando, as epidemias vão acontecendo, faltam médicos para atender as pessoas, os hospitais têm grande déficit de leitos. E nada disso comove o governo federal ou faz com que ele tome iniciativas para tentar mudar o quadro. Não, nada muda. É como se isso fosse aceitável, se isso não trouxesse problema para ninguém, não fosse um problema para o País. Essa é a verdade. O governo não sabe o que fazer, Presidente. Vejo que não há médicos em milhares de cidades do Brasil. E então, o que vamos fazer? O governo toma alguns arremedos de medidas, cria faculdades em regiões onde não há médicos. “Ora, se já não há médicos lá, porque isso não é fácil, então, vamos colocar uma faculdade de medicina, o que deve ser muito mais fácil. Vamos conseguir um prédio, onde funcionará a faculdade, ficarão os professores, os enfermeiros. Faremos isso em regiões sem estrutura alguma, e o problema será resolvido.” Como se isso ocorresse num passe de mágica. Ora, quanto tempo leva para criar uma faculdade de medicina em algum lugar deste país? Quanto tempo leva para criar uma estrutura que possa oferecer algum aprendizado aos alunos da faculdade de medicina? Vamos esperar mais quanto tempo? São 6 anos até a formatura e mais uns 2, 3 ou 4 anos para a residência médica, ou seja, no total são 10 anos. Portanto, eles vão lá achando que estão resolvendo o quê?

Agora o governo tomou uma outra medida: farão um pagamento de R\$8.000,00 aos alunos recém-formados que não conseguiram entrar em alguma residência por falta de vagas no Brasil. Como os números são insuficientes, colocarão esses alunos nas cidades onde não há médicos, como se fosse uma pós-graduação. Portanto, esses médicos recém-formados irão suprir a deficiência física do médico e farão uma pós-graduação, como se para isso não necessitassem de orientação de uma universidade. Dizem que a UNA-SUS dará essa orientação, mas como ela fará isso para centenas de médicos, que ganharão o seu dinheiro fazendo outra atividade, porque não conseguiram residência médica? Eles se candidatarão a isso, é claro. Irão para as cidades onde não existe uma estrutura sequer para receber um profissional da área da saúde, nem uma enfermeira ou uma auxiliar de enfermagem. Não têm condição, nenhuma estrutura para isso. E acham que resolverão o problema com essas medidas absolutamente inconsequentes, sem consistência alguma. Então, é assim que irão resolver.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, agora estou ouvindo outra proposta de que traremos médicos de Portugal e Espanha, porque lá existe uma sobrecarga de profissionais dessa área. A crise de lá está muito grande, há profissionais em demasia, por isso os trarão para o Brasil. Vamos colocá-los nessas cidades onde não há a menor estrutura para isso, como se assim pudessem resolver o problema. Como faremos isso?

O governo não entende, meu caro Deputado Marques Abreu, que, sem estrutura, não conseguimos fazer nada em saúde. Sem uma estrutura mínima, um posto bem montado, uma unidade básica bem arrumada e um pessoal capacitado para isso, não conseguiremos fazer nada. Considero um crime colocar um médico recém-formado, com o currículo das escolas de medicina que o Brasil tem hoje, em uma cidade grande, porque ele não sabe fazer nada. As escolas não formam médicos em condições de trabalhar, só com a grade curricular; afinal, precisam fazer a pós-graduação ou a residência médica. O médico recém-formado não aprendeu para isso, mas não é sua a culpa. Ele pode ter sido um aluno brilhante, mas não tem condições de atender à população porque não tem estrutura alguma, não tem formação para isso. Os currículos das faculdades de medicina do Brasil – e o Ministério da Educação é que deveria mexer nisso – nunca mudaram, nunca se fez nada para mudá-los de acordo com a nova realidade do País. Antes era uma coisa; hoje é outra. Os médicos saem da faculdade morrendo de medo de trabalhar, pois não têm condições de fazer isso. Eles têm de fazer uma especialização ou uma residência médica.

Falei das cidades onde não há estrutura, mas agora vou falar daquelas que têm estrutura, onde temos os hospitais filantrópicos, as Santas Casas do Brasil, que são milhares e que se encarregam da saúde da população brasileira há séculos. Elas recebem o pagamento do SUS totalmente defasado, pois as tabelas nunca são reajustadas. Naturalmente, temos a inflação todos os anos, mas as tabelas não são reajustadas. As Santas Casas trabalham com grandes déficits mensais, que vão se acumulando. Hoje a dívida desses hospitais chega a R\$15.000.000.000,00. Nem vou falar das dívidas dos hospitais maiores, porque estas são absolutamente impagáveis. Já os hospitais filantrópicos do Brasil devem hoje R\$15.000.000.000,00 e estão fazendo um apelo - na verdade, já fizeram muitos, e não adiantaram nada: “Tabela SUS - reajuste já”. Eles não aguentam mais trabalhar com a tabela do SUS. É unanimidade dos hospitais do Brasil esse pedido de reajuste; afinal, eles não têm como trabalhar com essa tabela. E o governo ouve? O governo vê? Não. Ele faz de conta que não está acontecendo nada.

Infelizmente, os hospitais têm de continuar trabalhando assim, porque senão o Ministério Público, a justiça, o Prefeito darão um jeito para que continuem, porque a população precisa do seu trabalho. Como eles irão fechar as portas? Eles não fazem isso, pois têm sensibilidade. Essa é a realidade. Esses hospitais se reuniram outro dia em São Paulo e resolveram paralisar o atendimento no dia 8 de abril. Meu Deus do céu, mas não atenderão a população? Farão atendimento de urgência e emergência, mas os procedimentos eletivos não serão atendidos. Como vamos fazer?

Pergunto: o governo criará uma comissão para estudar o que será feito? Não, não faz nada, é como se nada estivesse acontecendo.

O Deputado João Leite (em aparte)* - É o apagão da saúde, Excelência.

O Deputado Carlos Mosconi* - Apagão que já vem ocorrendo há muito tempo.

Mas é isso. Há aqui, caros Deputados, caro Deputado Glaycon Franco, um artigo publicado na “Folha de S. Paulo” da semana passada, feito por três grandes sanitaristas de nosso país - dois de São Paulo e um da Bahia. No artigo é feita a seguinte indagação: a Dilma acabará com o SUS? Parece que sim, parece que querem acabar com o SUS. O artigo mostra por que estão fazendo essa indagação, já com certo receio de que isso aconteça, porque está sendo estudada a possibilidade de criação de planos de saúde para a população pobre do Brasil.



Temos um grande plano de saúde para a população do Brasil que não discrimina ninguém, que não quer saber se a pessoa é pobre ou não, se é rica ou meio rica, se é preta ou branca. Enfim, o SUS é um grande programa de saúde do Brasil que o mundo inteiro inveja.

Agora estou sendo informado pelo Deputado João Leite, grande Deputado, muito diligente nessas questões, que o orçamento da saúde no País para este ano foi aprovado em 3,5% dos recursos da União. Estamos propondo a volta dos termos originais da Emenda nº 29, que propõe 10% do orçamento, que não é muito. E o governo está lançando 3,5% do orçamento para este ano. Meu Deus do céu! Essa é a resposta do governo federal para todas essas questões que estão sendo expostas aqui: 3,5% do orçamento, que não vai dar para nada, é igual ao do ano passado. No ano passado foram 77, 78; este ano serão 80, 81. Não cresceu absolutamente nada, muito menos do que a inflação. É menos do que foi o ano passado, na realidade.

Está sendo proposto esse projeto, que considero tenebroso, de se criar um pagamento para o SUS. É um plano de saúde que não tem nada a ver com eficiência, qualidade de atendimento nem com a responsabilidade com que o poder público deve tratar o povo brasileiro. Está-se criando um plano de saúde para fazer o quê? Para fazer o que o governo não faz, para se criar mais recurso para a saúde com dinheiro da população pobre do Brasil. É isso o que está acontecendo, é isso que está nesse artigo para todos verem, para o Brasil inteiro entender o que é. É lamentável que isso esteja acontecendo, mas é a pura realidade.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte) - Obrigado pelo aparte, Deputado Carlos Mosconi. V. Exa. sabe que é referência nesta Casa no tocante à saúde. É uma honra muito grande - e disso não me canso - fazer parte da comissão que V. Exa. preside brilhantemente.

Tive oportunidade ontem, Deputado Carlos Mosconi, de falar sobre essa matéria que saiu na "Folha de S.Paulo", que é o maior absurdo do mundo. Na verdade, o pobre cidadão brasileiro pagará duas vezes se isso de fato se confirmar. Um dado que esta Casa não poderia deixar de registrar é que hoje os planos de saúde são um dos maiores financiadores de campanha. Isso começa a nos deixar preocupados. Esse esquema de planos de saúde que estão querendo implantar segue os moldes do que foi feito na Colômbia. E hoje a saúde desse país é um fiasco.

Não podemos aceitar isso, e gostaria de fazer coro com V. Exa. Por que o cidadão pagará duas vezes? Já pagamos nossos impostos, 70% da arrecadação fica na União, empresta-se dinheiro a outros países. Por que não se empresta dinheiro ao SUS, ao pobre cidadão brasileiro, que está passando dificuldades? Hospitais estão fechando. Só em Minas Gerais são mais de 6 mil leitos, são 47 mil leitos fechados. E esse plano de saúde, que é exemplo para todos, além de ser universal, é gratuito e atende muito bem. O que falta é o que V. Exa. disse. Há 18 anos não se reajusta a tabela do SUS. Todos os hospitais estão em petição de miséria. Para cada R\$1,00 investido na saúde pelo governo, as Santas Casas, os hospitais investem quase R\$3,00 para manter o custeio.

Então, V. Exa. está sendo brilhante. Tenha a certeza de que estamos juntos nessa empreitada.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço, Deputado Glaycon Franco, as suas palavras e o seu aparte. V. Exa. é um grande conhecedor e um grande batalhador nas causas da saúde nesta Casa.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Deputado Mosconi, parabeno-o por trazer aqui essa sua preocupação.

Ficamos muito tristes quando vemos o Brasil nessa situação. Ele é um exemplo no mundo em função da criação do SUS, que não foi criado por esse partido que hoje está no poder - aliás, estão querendo acabar com o Sistema Único de Saúde. O Brasil hoje é o único País que tem um plano de saúde para 200 milhões de pessoas. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, preto ou branco, rico ou pobre, quem chegar e precisar ser atendido pelo SUS tem esse direito, pois é um direito do cidadão.

Infelizmente, a Assembleia Legislativa está tendo de fazer um trabalho - a coleta de assinatura da campanha Assine + Saúde - para ver se conseguimos 1.500.000 assinaturas. Chamo a atenção dos mineiros, principalmente em Sete Lagoas. Lá estamos empenhados nessa campanha, pedindo pelo amor de Deus ao governo federal que se sensibilize e entenda que precisamos de mais dinheiro na saúde.

Trazemos um caso aqui com muita tristeza. Hoje, em Curvelo, uma criança com três dias de vida faleceu por falta de UTI neonatal. Recebi, também, da cidade de Papagaio, um rapaz que está há um ano e três meses com o braço pendurado, na fila de uma cirurgia eletiva. Na mesma cidade, há uma jovem que há três anos espera uma cirurgia de rins. Ela pode, inclusive, ir para a hemodiálise porque não consegue tirar pedras dos rins. Essa é a realidade do SUS hoje.

V. Exa. traz aqui essa preocupação que é muito importante. Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que precisamos, sim, levar a realidade, a verdade para que o cidadão possa conhecer o que se está fazendo com o plano de saúde criado para atender o cidadão brasileiro. Na verdade, é o que o Deputado João Leite disse: fizeram com que o SUS, o nosso plano de saúde, falisse.

O Deputado Carlos Mosconi* - Meu caro Presidente, agradeço muito ao Deputado Duílio de Castro por suas palavras.

Esses exemplos que V. Exa. deu, meu caro Deputado Duílio, são da sua região, do seu local de relacionamento, mas podem ser estendidos para o País inteiro, pois essa é a realidade que vivemos no Brasil. Os problemas que V. Exa. tem em sua região também os temos nas nossas e não conseguimos solução para eles, porque o sistema de saúde é absolutamente defasado e precário.

V. Exa. falou de pacientes que estão fazendo hemodiálise. Temos, em Minas Gerais, aproximadamente, 10 mil pacientes em hemodiálise, e hoje é o Dia Internacional do Rim. Assim, cumprimento os médicos, bem como saúdo os pacientes, desejando que possam ter uma perspectiva positiva de vida. A Nefrologia, bem como a Urologia, evoluiu muito. Cumprimento, assim, os colegas urologistas e nefrologistas pelos avanços que esses profissionais conseguiram em benefício do povo do País.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não ficamos apenas chorando. Às vezes lamentamos muito, mas temos uma ação positiva: a campanha Assine + Saúde. Chegaremos a mais de 1.500.000 de assinaturas aqui no Estado de Minas Gerais. Convido todos os Deputados, os meus pares, a participar dessa campanha, que é extremamente benéfica para o País. Convido, também, os telespectadores da TV Assembleia a participar desse movimento, a fim de que possamos ter no Orçamento da União 10% para a saúde. Este ano, para a nossa vergonha, foram aprovados 3,5%. O nosso objetivo é melhorar, de forma expressiva e considerável, a condição de saúde da sofrida população do País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, quero abordar uma questão muito importante para Minas Gerais, especialmente para o Noroeste do Estado, minha região, e Paracatu, minha cidade. Mas, antes, quero tecer alguns breves comentários sobre a questão da saúde, que o Deputado Carlos Mosconi acaba de trazer a público.

É importante lembrar que, quando se travou uma discussão sobre o financiamento da saúde pública no Brasil, que envolvia a CPMF, ele foi prejudicado pela ação do PSDB no Congresso Nacional, que retirou um volume grande de recursos para esse financiamento. Portanto, em toda crítica do PSDB aos problemas de saúde pública no Brasil, não podemos nos esquecer de que eles passam por essa ação deletéria do partido, que retirou o financiamento da saúde pública brasileira. Apesar disso, foi feito todo um esforço para contornar essa redução de recursos, e muitos outros programas foram implementados ao longo dos anos para que pudéssemos oferecer um serviço de saúde de qualidade, que tem crescido em todo o País. De qualquer forma, o que quero ressaltar é que toda crítica do PSDB ao financiamento da saúde no Brasil, ao SUS, tem de ser balizada por a ação que acabou com a CPMF.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Só quero lembrar que os recursos da CPMF são da ordem de R\$40.000.000,00, o que não significa nada. Estamos falando de uma situação muito mais grave e importante.

V. Exa. tem de considerar que, quando a CPMF foi criada, o PT, partido de V. Exa., fechou questão contra.

O Deputado Almir Paraca* - Certo é que quem acabou com a CPMF e suprimiu volumes vultosos de financiamento da saúde pública no Brasil foi o PSDB.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Em um segundo momento...

O Deputado Almir Paraca* - Com todo o respeito, o Deputado já fez uso da palavra, e eu gostaria de entrar no meu tema.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Pois não, mas essa observação é até para fazer justiça a V. Exa., para que a informação seja dada com correção absoluta.

Em um segundo momento, quando já estávamos na euforia do governo Lula e a arrecadação tinha aumentado demais, não fazíamos mais jus à CPMF. Bastava pegar o dinheiro da arrecadação e colocar no SUS.

O Deputado Almir Paraca* - Se essa discussão fosse simples assim, não teríamos nos empenhado, como o fizemos nestes últimos anos, na discussão da Emenda nº 29, fundamental para o financiamento da saúde pública no Estado de Minas Gerais. Quantos de nossos companheiros vieram a esta tribuna para discutir a Emenda nº 29, muito depois da supressão da CPMF?

Podemos aprofundar este debate a qualquer momento, mas estou aqui para tratar de outro tempo. Perdoe-me, Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) – O PSDB acha que é o dono da razão. Então, faz suas críticas, mas não pode escutar uma crítica contrária sem ficar nervoso. Sempre foi assim. O estado de nervos do PSDB é muito melindroso.

A questão dos recursos para a saúde pública no Brasil tem de ser rediscutida, sim, e é claro que precisamos de mais recursos para a saúde. Ninguém nega isso. Mas a intenção do PSDB sempre foi a privatização, até mesmo do SUS, e é por isso que instala as PPPs. É o que tem feito, por exemplo, o Prefeito de Belo Horizonte, com o aval do PSDB, que em Minas Gerais está na Secretaria de Saúde. Ou seja, uma parceria público-privada já está sendo instalada em Belo Horizonte, e o mesmo está sendo feito em São Paulo. Então, o modelo de saúde pública do PSDB é privatizante. Portanto, é evidente que não poderiam ser favoráveis à CPMF.

Esse modelo privatizante é o mesmo que agora o Senador Aécio Neves defende para a Petrobras, fazendo-nos lembrar dos tempos da “Petrobrax”.

Então, para discutir modelo público, até tenho críticas a respeito do que deve ser feito, do que precisa ser ampliado no sistema de saúde, mas o modelo privatizante do PSDB não pode servir no Brasil. Por isso eles estão perdidos, sem programa. E permanece a tensão, não podem ser contrapostos à realidade programática. Se se comparar o que o PT fez nos governos Lula e Dilma com o que foi feito no governo Fernando Henrique, vê-se que avançamos, sempre.

Creio que não podemos permanecer amarrados a esse debate porque eles fizeram muito pouco, quando fizeram. Em geral, entregaram o País. Temos de pensar em como avançar. Realmente, as críticas da direita conservadora no Brasil não se sustentam com a realidade do que eles foram, então o modelo privatizante da saúde não nos serve. Ampliar o modelo público, sim, mas com uma discussão séria, cujo exemplo não é o de Minas Gerais, onde o Ministério Público entrou com uma ação, e a Justiça acatou, em que Aécio Neves, como Governador, e Anastasia respondem por R\$4.300.000.000,00 em recursos que não foram investidos na saúde pública, como era obrigatório, de 12%. Então, em Minas não fizeram isso, mas cobram uma possível questão nacional sem se ater aos problemas que eles criaram.

Realmente, o Deputado Carlos Mosconi pode até ter razão em algumas críticas que faz, mas que acabam sumindo porque ele só as faz no intuito de esconder o que fizeram: o modelo privatizante.

O Deputado João Leite falou sobre o Rio Grande do Sul, mas eles não respondem à crítica estadual, portanto inventam outra coisa para discutir. No Rio Grande do Sul estão fazendo uma coisa cujo estudo recomendei ao Prof. Anastasia. Do ponto de vista das rodovias, os pedágios criados por São Paulo e o Rio Grande, no governo do PSDB, acabaram; e criou-se uma empresa gaúcha de rodovia. O pedágio se reduziu, Deputado Dilzon Melo, em 25% para carro e em até 40% para caminhões. É um exemplo de gestão pública, e nós temos de superar a visão neoliberal, Deputado Almir Paraca. Isso deixa nervosos o Deputado João Leite e o PSDB, que não gostam de ouvir a verdade, mas gostam de ofender quem diz a verdade. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* – Agradecemos a participação do Deputado Rogério Correia. Eu gostaria agora, Sr. Presidente, de apresentar um tema que muito nos preocupa: sobre a segurança pública. Temos conversado com nossos pares e, invariavelmente, a constatação é uma só: os crimes violentos estão aumentando sistematicamente no Estado de Minas Gerais, em todas as regiões. As estatísticas revelam isso. Em 2011, os crimes violentos em Minas Gerais cresceram 11%; e, de 2011 para 2012, cresceram 7,8%. Tanto isso é verdade, que as últimas notícias relativas ao tema mostram que ele foi considerado muito importante quando da posse de 420 Delegados da Polícia Civil, que ocorreu recentemente. O Secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, ao falar sobre a importância da formatura dos Delegados para o fortalecimento da segurança pública, disse: “A partir desta formatura, tenho a certeza de que muitas



questões serão solucionadas. A posse vai melhorar muito o programa de plantões. São ações que contribuem muito para os nossos resultados, para cumprirmos com a prioridade estabelecida pelo Governador Antonio Anastasia, que é a contenção dos crimes violentos, sobretudo de homicídios, no Estado de Minas Gerais”.

Portanto, Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje, além da visão geral do crescimento da violência no Estado de Minas Gerais, é também o que tem ocorrido na minha querida Paracatu. Só nesta semana, nos últimos três dias, houve dois assassinatos bárbaros. Um deles a 100m da minha casa, na Pracinha do Santana, quando o filho de uma ex-Vereadora foi assassinado, sendo ele um jovem. Houve outra ocorrência em que várias pessoas foram alvejadas com arma de fogo, um jovem morreu e vários outros estão hospitalizados. Certo é que a população de Paracatu está em estado de alerta, apavorada com o que parece uma verdadeira guerra civil, porque os indicadores deste início de ano são muito graves, cresceram muito em relação ao ano passado. E a quase totalidade, seja das vítimas, seja dos criminosos, são jovens e adolescentes.

Portanto queremos revelar aqui, publicamente, esta nossa preocupação. Quando conversamos com os agentes públicos, os Comandantes da Polícia Militar local, os Delegados da Polícia Civil em Paracatu, apresenta-se sempre a mesma questão: os órgãos de segurança dizendo que não têm efetivo suficiente para promover tanto a ação defensiva, preventiva, quanto as investigações. Portanto, Deputado João Leite, estamos fazendo gestão junto ao Secretário e tentaremos fazer chegar ao Governador o apelo pela criação de uma força-tarefa para a cidade de Paracatu.

Sabemos que Paracatu tem alguns diferenciais em relação à maioria das cidades de Minas Gerais, porque é uma cidade cortada por uma rodovia federal, uma rodovia estadual, e está muito próxima da fronteira com Goiás, com índices de violência muito grandes. O tráfico de drogas está crescendo muito na região do entorno de Brasília e alcança a fronteira mineira, onde está localizada Paracatu.

A questão de segurança pública é algo que, sabemos muito bem, nunca se discute. Seja lá quem se apresenta como de esquerda, de direita, de centro, social-democrata ou não, ninguém propõe que essa tarefa seja suprimida do Estado e transferida à iniciativa privada, porque é uma ação eminentemente de natureza pública e estatal. Esperamos que de fato consigamos fortalecer tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil em Minas Gerais, para propiciarmos segurança ao povo mineiro. Posso afirmar-lhes que em Paracatu a população está apavorada e muito fragilizada com o crescimento dos indicadores de violência, principalmente pela tradição da nossa cidade. Uma cidade de povo simples, ordeiro, hospitaleiro, que está enfrentando uma realidade que intranquiliza todas as famílias e todas as pessoas de bem em Paracatu.

O Deputado João Leite (em aparte) - Queria fazer uma solicitação. A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa - Deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Leonardo Moreira, Lafayette de Andrada e eu – fez um planejamento para realizarmos audiências públicas em nove divisas do Estado, que estamos chamando de Divisa Segura, e tínhamos dúvida se íamos a Unaí ou a Paracatu. Então, dado o momento de preocupação na cidade, queria solicitar a V. Exa. que fizesse o requerimento à Comissão de Segurança Pública para que essa audiência da Divisa Segura, que será feita em conjunto com a Comissão de Segurança Pública de Goiás e do Distrito Federal, com a presença dos Comandos desses outros Estados com divisa com o Estado de Minas Gerais, para que enfrentemos o que V. Exa. denunciou, que é o tráfico de drogas, aconteça em Paracatu, e que V. Exa. nos ajude para a realização dessa audiência. É a solicitação que faço a V. Exa., dado o momento que Paracatu está vivendo.

O Deputado Almir Paraca* - Perfeito, nobre Deputado João Leite. O requerimento já foi apresentado. Solicito a V. Exa. e aos Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da Comissão de Segurança Pública, que nos ajudem a viabilizar o mais rápido possível essa audiência pública em Paracatu. Agradeço ao Deputado João Leite. Há muitos anos, numa audiência da mesma Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, em Paracatu, fizemos uma intervenção corajosa num quadro semelhante a esse. Houve uma mudança substantiva no comando da Polícia Civil, que melhorou consideravelmente o atendimento à segurança da nossa população.

Portanto, deixamos registrada essa preocupação. Faremos realizar uma audiência pública em Paracatu. Para além disso, fica a nossa solicitação de uma força-tarefa para atuar de maneira emergencial, a fim de inibir o crescimento da violência nessa cidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia, quero tratar de dois assuntos, ou melhor, de dois episódios que chocaram todos nós, mineiros.

Início, Sr. Presidente, pelo assassinato do Cb. Edinaldo Muniz Barbosa, do 33º Batalhão da Polícia Militar, casado, 41 anos, pai de dois filhos – um de 11 e outro de 7 anos. No dia 7 de março, quando ele estava a caminho do trabalho, por volta de 20h30min, parou num posto de gasolina, localizado à Rua Campos de Ourique, para abastecer o seu veículo. Na frente estava um carro com pelo menos três ocupantes, sendo um homem, uma mulher e uma criança. Quando o policial militar desembarcou para abrir a entrada de combustível, ouviu um homem anunciar o assalto ao frentista. Deparando-se com a situação, abordou o cidadão - aliás, ele não estava fardado, mas à paisana -, sacou a arma e fez a abordagem, gritando e dizendo que era policial militar. O cidadão, do outro lado, revidou com um tiro. Então houve ali uma troca de tiros muito rápida. O assaltante matou o policial, o Cb. Edinaldo Muniz Barbosa, e evadiu-se.

Esse caso ocorreu com um policial, mais uma vez, em razão de seu espírito de defesa da sociedade e de estar ali contribuindo para combater o crime. Mesmo estando fora do horário de serviço, deu a vida, defendendo a sociedade, para evitar um assalto. Foi um crime bárbaro. Muitas vezes a imprensa - ou pelo menos uma parcela dela - não dá a esses fatos a ênfase que deveria dar. Estamos perdendo um servidor público, um pai de família, uma pessoa que estava indo trabalhar e que, com seu espírito de comprometimento, o seu trabalho e a sua missão, interveio para que o frentista não fosse morto num crime de latrocínio.

Pouco mais adiante, Deputado Rômulo Viegas, um dia depois, em 8 de março, João Gabriel Camargo, solteiro, 25 anos, engenheiro-químico foi vítima de um assalto em um ônibus que fazia a linha Poços de Caldas-Belo Horizonte. O engenheiro morreu na madrugada de um sábado, dia 8 de março, em um ônibus da empresa Gardênia, que saiu de Poços de Caldas, Sul de Minas, em direção a Belo Horizonte. João Gabriel e a namorada, Athena Chavez iam comemorar o aniversário da jovem com familiares, em Belo



Horizonte e, por volta das duas horas da madrugada de sábado, pouco depois da parada em um restaurante em Perdões, um dos passageiros anunciou um assalto e começou a recolher os pertences de todos os que estavam no ônibus. Ao passar pelo casal de namorados, o suspeito atirou na cabeça do rapaz, que, segundo testemunhas, sequer reagiu ao assalto. O engenheiro morreu no colo da namorada. O bandido desceu do ônibus ameaçando o motorista, exigindo que o condutor do veículo seguisse viagem até a Capital sem acionar a polícia, porque havia mais dois comparsas no ônibus.

Trouxe, Deputado Rômulo Viegas, dois casos bárbaros, dois homicídios bárbaros, que acontecem quase todos os dias, e ficamos aqui, diria, inertes. Essa inércia é de quase todos nós, da sociedade: ninguém move uma palha. Ainda se creem pessoas, como os operadores do direito, advogados, Promotores, Juizes, Ministros, Senadores e Deputados Federais, dizendo que a lei no Brasil é severa, que pune severamente. Isso é brincar e zombar das famílias.

Imaginem a esposa, os filhos, o pai, a mãe e os irmãos desse policial militar, que o perderam em defesa da sociedade. Imaginem a namorada do jovem João Gabriel Camargo! V. Exa. tem filhos com essa idade, Deputado Rômulo Viegas. Nós, que somos pais, sabemos a dor da perda de um filho. Imagine ele, que foi morto cruelmente, covardemente, no colo da namorada. E ainda há gente que consegue defender essas pessoas.

O que mais nos causa revolta e grande indignação é ver algumas autoridades palpitarem sem nem sequer conhecer o assunto, zombando da dor das famílias que perderam seus entes queridos. No Brasil, a pena é severa. É. Fiquei 15 anos na polícia e estou no 15º ano de mandato. Portanto, são 29 anos e 2 meses na atividade pública e nunca vi - hoje falo como advogado - um cidadão, no Brasil, cumprir 30 anos de cadeia, nossa punição máxima. Sabem por quê? Porque temos um código penal, Sr. Presidente, que estipula pena mínima de 20 anos e máxima de 30, para homicídio duplamente ou triplamente qualificado, como nesse caso de latrocínio. Essa é a maior punição que há no Código Penal Brasileiro, prevista no § 3º do art. 157. No entanto, desafio qualquer autoridade a me mostrar quem ficou preso 30 anos no Brasil. O máximo que ficam, fora a chamada comutação de penas, é um terço do tempo. No caso de 30 anos, quando se cumpre um sexto da pena, cinco anos, há a progressão de regime, sai-se do regime fechado para o semiaberto. Se cumprem mais cinco anos, um terço, há a liberdade condicional e estão na rua. Estão ocorrendo crimes bárbaros e mais crimes bárbaros. Ainda dizem que a punição no Brasil é severa.

Deputado Rômulo Viegas, Deputado Dilzon Melo, lembro-me da minha querida Profa. Davis Corinne, uma norte-americana que me deu aula na pós-graduação do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp - da UFMG. Ela dizia - não sou eu, mas a Dra. Corinne - que a pena, para que tenha efetividade, tem de obedecer a três eixos: ser certa, célere e severa. No Brasil, isso é uma gozação, Deputado Glaycon Franco. Ela não é certa, nem célere, muito menos, severa. No Brasil não existe isso. O que se faz aqui é zombar das vítimas. Preso neste país, Deputado Rômulo Viegas, fica quem vai para debaixo da terra, porque de lá, Deputado Dilzon Melo, não há como sair. Eu imagino, Deputado Dilzon Melo, quantos anos V. Exa. tem de trabalho. Sem conhecer pormenores da sua vida, acredito que deva ter de 35 a 40 anos. E a vida de V. Exa. pode ser ceifada por um bandido dentro de um ônibus ou quando V. Exa. para um carro em um posto de gasolina para abastecer e chega um criminoso e aponta-lhe uma arma. Dizem que as penas no Brasil são extremamente severas. No Brasil, a pena é severa, sim, mas a pena da vítima.

Mas há coisa pior ainda, Deputado Rômulo Viegas, sobre esses dois casos. Há coisas mais absurdas. No dia 7 de março, perdemos o Cabo Ednaldo Muniz Barbosa, que estava de folga. Indo para o trabalho, ele interveio em uma ocorrência para que um frentista não fosse assaltado nem se tornasse vítima de latrocínio. Depois, no dia 8 de março, o jovem engenheiro João Gabriel Camargos, que saiu de Poços de Caldas com sua namorada, foi brutal e covardemente assassinado por um bandido dentro de um coletivo. Nos dois casos, Presidente Dilzon Melo, os bandidos eram assaltantes contumazes e já tinham sido presos por roubo à mão armada. No Brasil, pode-se roubar, pode-se estuprar, pode-se matar, que se fica apenas alguns dias na cadeia. Quando chega o final do ano, Deputado Rômulo, sai um punhado de presos da cadeia para passar o Natal em casa. Sabe-se lá quantos retornaram para a cadeia em São Paulo. Em Minas Gerais, quantos presos retornaram? Fico me perguntando. Será que somente nós estamos sentindo a dor das vítimas? Será que os Deputados Federais e os Senadores estão dormindo? Parece que todos, sem exceção, inclusive os do meu partido, estão dormindo. Eles estão brincando e zombando das vítimas. Onde está a Presidência da República que não manda essa matéria para o Congresso Nacional?

Há uma corrente partidária que defende, de forma esquizofrênica - não tenho outra palavra - e míope, que o cidadão virou assaltante, latrocida ou homicida porque não existe distribuição de renda. Isso é conversa para boi dormir, Deputado Rômulo. Esses crimes são chamados crimes de pequena monta ou crime de bagatela. Adota-se o princípio da insignificância jurídica dentro da ótica penal brasileira.

Não estamos falando, Deputado Rômulo, de furto de uma maçã, de um pacote de biscoito, de um pacote de pão ou de algo insignificante. Estamos falando de bandido de arma em punho que assalta banco e comete sequestros, estupros seguidos de morte, latrocínios, que mata para roubar. Nesta Casa, há Deputados que defendem a Apac porque não conhecem o tipo de preso que está lá. Da forma como os bandidos da Apac são tratados, é como se vítimas fossem do sistema.

Está na hora de acabar com isso. Está na hora de parar com essa hipocrisia. Sei o que aconteceu com a tal da Apac-mãe, lá em Itaúna. Inclusive, eu e o Deputado Cabo Júlio estivemos lá. O Diretor da Apac, o tal de Valdeci, comunicou a fuga de dois presos 45 dias depois. Essa é a famosa Apac-mãe. Por que não fez isso antes? Porque estava esperando eles retornarem. Resultado: um estuprou uma mulher, dentro de sua casa, por seis horas. O outro esfaqueou e matou a ex-mulher.

A Comissão de Segurança Pública foi a uma audiência pública lá, cujo Presidente era o Deputado Zé Maia. Os Promotores e Juizes envolvidos com o método Apac, que, aliás, é lindo na cabeça deles, reuniram os presos e seus familiares e vaiaram, zombaram da mulher que foi estuprada pelos presos. Isso ocorreu em Itaúna, na audiência pública da Comissão de Segurança Pública. Então estamos invertendo tudo, Deputado Rômulo. Vá lá perguntar ao pai, à mãe, à esposa, aos irmãos e aos filhos de 11 e de 7 anos desse Cabo o que acham disso. Vá lá perguntar aos familiares do João Gabriel Camargos o que acham disso. O poder público está brincando.



Uma corrente doutrinária do direito acha que o direito penal tem de ser mínimo. Não estou falando em pena de morte, Deputado Rômulo. Não estou falando em ceifar vidas ou de o Estado se igualar ao homicida. Estou falando que preso tem de ficar preso. Devemos respeitar as suas condições de preso; mas ele é preso porque a ferida que ele causou à sociedade não sara tão rapidamente. Dizem, Deputado Dilzon, que cadeia não resolve o problema. Quem fala isso está no mundo da lua. Cadeia realmente não resolve problemas de criminalidade, mas cadeia não foi feita para resolver problemas de criminalidade e de segurança. Cadeia foi feita para punir e retirar indivíduos perigosos do seio social. Então, esse é um discurso equivocados. Conversa para boi dormir. E nos cansamos com isso.

O policial Edson Muniz Barbosa, Deputado Dilzon, foi o 162º Agente de Segurança Pública que enterramos, de 2003 até hoje, vítima da violência e do crime. Infelizmente, este é o país onde Deputados Federais e Senadores estão dormindo e brincando de legislar na área penal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, antes de iniciar meu pronunciamento, queria registrar com alegria a presença dos Vereadores Antônio Rosa e Aloísio Saraiva, da querida cidade Januária, acompanhando os trabalhos da Assembleia nesta tarde. Januária é uma das cidades mais belas e com maior potencial de desenvolvimento deste Estado; Januária do Rio São Francisco, Januária da estação natural do Rio Pandeiros, Januária do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Januária, que tem também na agricultura familiar um forte vetor econômico e Januária de comunidades como o Brejo do Amparo, patrimônio histórico e religioso, que, por sinal, estamos lutando para recuperar. Enfim, uma cidade-polo das mais importantes do Norte de Minas, agora governada pelo PT, pelo Prefeito Manuel Jorge, cujo líder é o Aloísio Saraiva. Transmito meu abraço a esses dois atuantes Vereadores, que estão em Belo Horizonte exatamente nesta interlocução conosco para apoiar e, com certeza, ajudar a recolocar Januária no cenário econômico, cultural, ambiental e social do Estado de Minas Gerais.

Nesta semana, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Belo Horizonte sediou o Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Nós sabemos que desde 1988, e principalmente nos últimos 10 anos, com Lula e Dilma, a política pública de assistência social no Brasil cresceu muito e se ampliou. Hoje, praticamente todos os Municípios do País têm os Centros de Referência da Assistência Social - Cras - e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social - Creas -, responsáveis, por meio das equipes multiprofissionais integradas por assistentes sociais, psicólogos e advogados, pela tarefa ética e civilizatória de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade; de atender e acolher famílias e pessoas em situação de risco ou que já tiveram seus direitos violados; de organizar o cadastro único; de organizar o programa Bolsa Família; de fazer chegar a essas famílias mais pobres os benefícios de prestação continuada. Ou seja, é uma política pública das mais nobres e importantes existentes no País.

Essa política vem se aperfeiçoando ano a ano, e agora temos mais uma etapa positiva do seu reordenamento. Temos em vigor uma nova norma operacional básica que reestrutura esses serviços, induzindo, incentivando os Municípios a planejar suas ações, a construir suas metas, vinculadas aos Planos Plurianuais que cada Município deverá aprovar neste ano para os próximos quatro anos. Enfim, desburocratizando as próprias ações previstas na política pública de assistência social, racionalizando os mecanismos de repasse de recursos e os mecanismos da sua utilização. É um reordenamento importante que ocorre em um momento importante, em que novos gestores estão assumindo nos Municípios, e em um momento que, por meio de uma ação desta Assembleia, da Comissão de Participação Popular, que presido, acolhendo um desdobramento do seminário “Pobreza e Desigualdade”, realizado por esta Casa, possibilitou que, em Minas Gerais, neste ano, todos os 853 Municípios de todas as regiões tenham o repasse de recursos da assistência social transferidos também do governo do Estado para os Municípios. É o chamado Piso Mineiro de Assistência Social. Ocorre que muitas vezes esse recurso, que é recebido pelos Municípios, ou por desconhecimento, ou por falta de uma presença mais forte do Estado no campo da cooperação técnica - nós sabemos que as regionais da Sedese, por mais bem-intencionados que sejam os seus servidores, estão desaparelhadas e sem pessoal para cobrir essa enormidade que é o Estado de Minas Gerais, estamos lutando pelo concurso público para fortalecer as regionais da Sedese -, não é utilizado e fica parado nas contas dos Fundos Municipais da Assistência Social.

Nesse período de reordenamento da política pública de assistência social, a Assembleia Legislativa - e já tivemos o aval do Presidente Dinis Pinheiro e já aprovamos no âmbito da Comissão de Participação Popular - irá realizar atividades junto com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o governo do Estado, em várias regiões do Estado com esses gestores, no sentido de discutir essa normatização recente da política pública de assistência social, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços, a organização da política pública de assistência social e atender melhor ao cidadão que está sendo objeto dessa política pública.

Neste momento, a nossa Presidenta Dilma reitera o compromisso não só de um partido ou de um governo, mas também o compromisso de uma nação em erradicar a miséria e a pobreza extrema. Para a erradicação da miséria e da pobreza extrema do País, é fundamental não somente acessar, apoiar e incluir aqueles pobres que constam no Cadastro Único do Municípios, mas também preparar os Municípios para realizarem a chamada busca ativa daquelas famílias e pessoas que estão nos rincões mais distantes, aquelas pessoas que estão, muitas vezes, segregadas num canto de uma casa de uma família insensível. Quantos idosos, pessoas pobres do meio rural e das grandes cidades não têm informação nem sequer acessam benefícios para os quais têm direito garantido!

Então, ao organizarmos e fortalecermos a política pública de assistência social em cada Município, principalmente por meio dos Cras, queremos, porta a porta, casa a casa, família a família, identificar essas pessoas que estão não simplesmente nas estatísticas, mas nas condições concretas e indignas de miséria extrema.

Conclamo os Deputados e as Deputadas a que participem desses eventos que realizaremos em um ano muito importante também, em um ano em que os Municípios, o Estado e o governo federal realizarão suas conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social. É fundamental que a Assembleia cumpra esse papel, como já cumpriu outras vezes.

Lembro-me de que, em 2005, a Comissão de Participação Popular tomou iniciativa semelhante quando, em Minas Gerais, 226 Municípios nem sequer estavam habilitados para receber recursos do governo federal porque não tinham o Conselho de Assistência Social, não tinham o Plano Municipal de Assistência Social, não tinham o Fundo Municipal de Assistência Social.



A Assembleia pôs o pé na estrada, percorreu as regiões, organizou seminários, e, rapidamente, conseguimos que 100% dos Municípios criassem condições necessárias para receberem o cofinanciamento do governo federal e também, em parte, do governo estadual. Agora o desafio é os Municípios aperfeiçoarem sua gestão, capacitarem seus técnicos e gestores para poderem qualificar essa importante política pública, contribuindo para o objetivo nacional da erradicação da miséria e da pobreza extrema. Como disse a nossa Presidenta Dilma, o fim da miséria é apenas o começo. Começo de uma nova era para as famílias que vão se emancipar, que vão colocar seus filhos na universidade. Aliás, houve hoje na Comissão de Participação Popular um importante debate: como apoiar os Municípios no transporte intermunicipal de universitários? Essa é uma demanda de todos os Estados e contribui para a redução das desigualdades, porque um jovem que acessa o ensino tecnológico e o ensino superior, de acordo com as vocações de sua região, será um jovem com um emprego de melhor qualidade e maior geração de renda.

Vamos fazer a nossa parte novamente na Assembleia por meio da Comissão de Participação Popular em conjunto com o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, que também nesta semana elegeu sua diretoria. Aproveito para cumprimentar o Jaime, novo coordenador do Colegiado de Gestores Mineiros da Assistência, nosso colega e secretário de assistência de Governador Valadares, a Kelly, da cidade de Boa Esperança, Vice-Coordenadora, e toda a diretoria. Gostaria também de cumprimentar a ex-Presidente, Secretária de Assistência Social, a competente Júlia Restori, que tão bem conduz esse trabalho na Prefeitura de Coronel Fabriciano, no nosso querido Vale do Aço.

Portanto, com esforço conjunto do Ministério de Desenvolvimento Social, do governo do Estado, da Assembleia, do colegiado dos gestores e do Conselho Estadual da Assistência Social, vamos novamente percorrer Minas e discutir a assistência social. Espero que, no fim do período do governo Dilma, possamos dizer que Minas Gerais fez a sua parte, erradicou a pobreza extrema e está dando exemplo para o Brasil de esforço conjugado, seguindo as orientações da nossa grande Presidenta Dilma. O fim da miséria é apenas o começo de um país melhor. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/3/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

nomeando Maria de Fátima Marques Junqueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Shirley Pereira da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 9/3/2013, que nomeou Walter Ernesto Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Alexandre Braga para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonídio Bouças

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 28/2/2013, que nomeou Maria Elisa Corrêa Alves para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Priscila Corrêa Alves e Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 13/3/2013, que nomeou Jadir Antônio de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Marcelo Martins de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

nomeando Aurea Jane Bernardes Dulgueroff Novais para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

nomeando Semira Corrêa Kayello para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 28/2/2013, que nomeou Mônica Cristine Mendes Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, jornada de 8 horas com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 16/3/2013, que nomeou Renato Marcelo Costa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, jornada de 8 horas com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

exonerando, a pedido, a partir de 19/3/2013, Paulo Roberto Martineli do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PT;

nomeando Aníbal Soares Pires para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no CCM;



nomeando Daiane Felix Alves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando José Aparecido de Sousa para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando José Luiz Neto para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no CCM;

nomeando Shirley Pereira da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Franco Cristiano Silva Oliveira Alves para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, e 20.337, de 2/8/2012, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/3/2013, o servidor Paulo Rogerio Ribeiro de Navarro, inscrito no CPF sob o nº 221.701.626-15, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-41, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO CTO/16/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elétrica 5 Estrelas Eireli. Objeto: aquisição de luminárias. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 95/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.